

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

A LEI E O MAIS FORTE
(Pedagogia da sobrevivência)

MARIA DO SOCORRO CARVALHO BEZERRA

Campina Grande - Paraíba

Novembro - 1984

A LEI E O MAIS FORTE
(pedagogia da sobrevivência)

dissertação de mestrado apresentada
no Curso de Mestrado em Sociologia
do Departamento de Sociologia e
Antropologia da Universidade Federal
da Paraíba - Campina Grande.

- novembro de 1984 -

ORIENTADOR: Elimar Pinheiro do Nascimento

CO-ORIENTADOR: Rômulo de Araújo Lima

Campina Grande - Paraíba

Novembro - 1984



B5741 Bezerra, Maria do Socorro Carvalho.
A lei e o mais forte : (pedagogia da sobrevivência) /
Maria do Socorro Carvalho Bezerra. - Campina Grande, 1984.
72 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1984.
"Orientação : Prof. Elimar Pinheiro do Nascimento, Prof.
Rômulo de Araújo Lima".
Referências.

1. Marginalidade - Menores Abandonados. 2. Assistência a
Menores. 3. Delinquência Juvenil. 4. Dissertação -
Sociologia. I. Nascimento, Elimar Pinheiro do. II. Lima,
Rômulo de Araújo. III. Universidade Federal da Paraíba -
Campina Grande (PB). IV. Título

CDU 316.344.7(043)

A LEI E O MAIS FORTE
(PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA)

para meus filhos
dan, saul e lucas
pela centelha mantida

para yehudi
pela força de toda vida

em memória de celina
pelo amor maior

Sem a colaboração de algumas pessoas
este trabalho seria realizado, mas
exigiria muito mais de mim.
Sou imensamente grata a

Yehudi Bezerra

Elimar P. Nascimento

Rolando Pinto Contreras

Jackson Sampaio

Rômulo de Araújo Lima

Fernando Gabeira

Grupo Semeadura de Teatro Popular

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará

Agradeço aos colegas e professores da UFPb,
aos amigos de cada dia e a todos aqueles
que acabaram por ensinar-me alguma coisa.

D I V I S A

Mais importante do que a ciência é o seu resultado,
Uma resposta provoca uma centena de perguntas.

Mais importante do que a poesia é o seu resultado,
Um poema invoca uma centena de atos heróicos.

Mais importante do que o reconhecimento é o seu resultado,
O resultado é dor e culpa.

Mais importante do que a procriação é a criança
Mais importante do que a evolução da criação é a evolução do
criador

Em lugar de passos imperativos, o imperador
Em lugar de passos criativos, o criador.
Um encontro de dois: olhos nos olhos, face a face
E quando estiveres perto, arrancar-te-ei os olhos
e coloca-los-ei no lugar dos meus;
E arrancarei meus olhos
para colocá-los no lugar dos teus;
Então ver-te-ei com os teus olhos
E tu ver-me-ás com os meus.

Assim, até a coisa comum serve o silêncio
E nosso encontro permaneceu a meta sem cadeias:
O lugar indeterminado, nun tem indeterminado,
A pala indeterminada para o Homem indeterminado.

Traduzido de "Eiuladuvy zu lineu Begegneung", por J.L.
Moreno pg. 3 publicado em Viena 1914.

"Por todo esse tempo e em todos os tempos
ficam à espera as palavras
dos poemas de verdade:
as palavras dos poemas de verdade
não apenas agradam,
os poetas de verdade
não são acompanhantes da beleza
e sim augustos mestres da beleza
A grandeza dos filhos
é o que transpira do que têm de grande
as mães e os pais:
as palavras dos poemas de verdade
são o buquê e o aplauso final
da ciência".

Walt Whitman

O Brasil tem atualmente 30 milhões de menores abandonados (chamados carentes). Para fazer frente a este imenso problema estrutural, foram criados ôrgãos de prevenção e de repressão à marginalidade, onde vale tudo - desde a educação formal e tentativas artificiais de reíntegração social até à prisão e eliminação física. À vista de tal quadro - resultante de todos os desequilíbrios que o geram - os menores marginais criam estratêgias de sobrevivência tais que acabam por tornar-se uma contraordem ao sistema de forças que os mantêm. Essas estratêgias, essas práticas são o que chamo PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA.

INVENTANDO O CAMINHO
(UMA RECEITA METODOLÓGICA?)

O estudo é um jogo. Sorver em haustos o pensamento do mundo, universalizar-se talvez seja a forma sofisticada do estudo científico. Somos "caçadores". Não estamos, portanto, interessados na desmitificação da inteligência acadêmica, mas estamos tentando descobrir um caminho um tanto mais capaz de nos responder aos nossos interesses. Do mesmo modo, sorvemos em haustos, na condição de nosso fôlego, o pensamento do mundo. *"Não tenho dúvidas. Quando os cientistas compreenderem que eles pertencem ao mesmo clube que os caçadores, pescadores e detetives, descobrirão que o seu trabalho é muito mais excitante do que pode parecer. Além disso, poderão ganhar uma dose extra de sabedoria, paciência e humildade. Caçando, pescando, quando não lendo aventuras de Sherlock Holmes. Teorias são redes, somente aqueles que as lançam pescarão alguma coisa."* (ALVES, Rubens, Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras, 3a. edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.)

A responsabilidade de um curso acadêmico confere-nos a relação de saber do mundo que nos foi dado. A responsabilidade de nossa condição de gênero humano ou mesmo de ser social confere-nos a relação de nos sabermos no mundo com o mundo que nos damos.

Concedam-nos as entidades científicas e filosóficas já instituídas, o poder de segurar as idéias-chave das descobertas do universo e faremos as nossas próprias investidas no mundo da sabedoria. Com isso, o mundo será um véu a mais, que se descortina no palco onde "dançamos" através de conceitos como marginalização, sobrevivência, revolução, etc.

Se o estudo é um jogo, então, no tabuleiro das idéias, temos que colocar as peças de nosso raciocínio dispostas de tal maneira que a peça-rainha - peça-trunfo - seja capaz de se deslocar e de se impor como fulcro de nossa intenção de jogar.

Talvez devamos partir da singularidade

Situamos o nosso estudo numa pedagogia própria às camadas sociais deslocadas de um determinado sistema produtivo e que lhes fornece meios de superar as forças geradas por esse mesmo sistema no sentido de esmagá-las, ou até mesmo "integrá-las. Seguimos as associações, as

pistas fragmentadas das diversas histórias de vida dos diversos indivíduos analisados. Referimos-nos ao processo de marginalização institucionalizada, estigmatizada no/pelo capitalismo atual.

Seria interessante observar se existe uma lei pessoal, única, que promove o equilíbrio em ruptura desses indivíduos marginalizados numa sociedade "integrada" capitalisticamente. *"A marginalidade é o lugar onde se podem ler os pontos de ruptura nas estruturas sociais e os esboços da problemática nova no campo da economia desejante. Trata-se de analisar a marginalidade, não como uma manifestação psicopatológica, mas como a parte mais viva, a mais móvel das coletividades humanas nas suas tentativas de encontrar respostas às mudanças nas estruturas sociais e materiais."* (GUATTARI, Félix, *A Revolução Molecular*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.)

Necessário analisar a pedagogia institucional praticada por instituições assistenciais que trabalham com o menor marginal. Necessário compreender o marginal, sua produção e reprodução social. Necessário perceber os mecanismos que ele é levado a desenvolver, nos seus diversos enfrentamentos - sociais e individuais - na aventura sempre inédita de compor um caminho único para continuar vivo.

O que mantém um marginal vivo? Institucionalizar-se pode ser uma situação, uma opção, uma necessidade. Ou nada disso.

Certamente um estudo dessa natureza, mesmo que ainda embrionário, reflete a preocupação com a estrutura de comportamento do indivíduo. Talvez seja necessário "dissecar" suas histórias pessoais e conduzi-lo (ou conduzi^{mos}) ao fio da meada da expansão capitalista e sua consequente marca nos indivíduos isoladamente. Talvez buscar auxílio na psicologia como sustentáculo (orientação) sobre um método de trabalho que parte do indivíduo opri

mido em situações sociais determinantes, dominantes, mas que um mecanismo diferenciador coloca como único no seu processo vital. *"A sociedade onde predomine a cisão social corresponde necessariamente o homem marginal e corrompido que pode sobreviver talvez unicamente (...) pela infâmia ... existem homens infames, moralmente condenáveis, porque a sociedade dividiu-se socialmente e permitiu à sua camada inferior um único recurso: a corrupção."*

(BORGES. Jorge Luis, História Universal da Infâmia; ensaio introdutório de Regina L. Zilberman e Ana Marize R. Filipouski, Porto Alegre, Ed. Globo, 1975.)

O capitalismo que produz o marginal necessita de sua singularidade. Pretendemos procurar os indícios dessa necessidade e as consequências do que se envolve no seu mistério.

Nesse processo não podemos esquecer a totalidade, como já dissemos, o "totum" universal que nos reduz à escala de unidade. Isso implica necessariamente, no reconhecimento das pequenas "totalizações parciais" (ainda que não exista isso), as relações díspares que implicam na formação do que chamamos uma PEDAGOGIA DA SOBREVIVÊNCIA, tanto dentro da lógica do capitalismo como dentro dos deslocamentos do PODER. Levamos em conta os dados gerais e fundamentais para montarmos as peças.

O "corpus" social implica o "nexus" marginal.

PARTE 1
AS DIMENSÕES DO PROBLEMA

O MENOR MARGINAL: UM DUENDE DISSOCIADO?

Colocamos em questão o marginal, (*) essa figura controvertida, inquietadora e contundente. Pensamos sua gênese, o desenvolvimento de sua miséria endêmica e onipresente, a violência do seu cotidiano, sua inerência ao processo global de produção e a consequente e paradoxal carência de seu controle, sua prevenção, sua repressão, sua recuperação. Nesse jogo de forças, a problemática se estende desde a necessária formação de um "exército de reserva" no processo produtivo até a criação de instituições capazes de realizar a "terapêutica" necessária ao fenômeno. E ainda surge o processo de estigmatização do marginal dentro do controle exercido pelo Estado.

O Estado engendra todo um repertório de mecanismos jurídico-políticos que lhe confere a necessidade e o direito de exercer o controle do fenômeno marginalização. É a contrafação do próprio sistema. Exige-se processos próprios ao Estado (e por ele justificados com amparo no Direito)

(*) - Sabemos o quanto o termo "marginal" comporta interpretações as mais variadas. Referimo-nos, aqui, ao marginal menor institucionalizado, o que poderá também ser expresso em texto.

de prevenção e escrutínio de sua densidade, de repressão e eliminação de sua ameaça, de recuperação e reintegração ao mesmo sistema que o produziu. A operacionalização desses processos faz-se de modo institucional (também com amparo jurídico-político) e confere uma organização instrumentalizada para o exercício do poder, e, portanto, do controle da trajetória e do destino dos indivíduos reconhecidos e identificados como marginais menores (assim como de técnicos especializados nas diversas categorias a seu serviço).

*O mesmo Estado cria mecanismos de proteção ao marginal menor através de certas instituições e contribui para sua reprodução em outras. Note-se o caso da Escola, que lança mão de métodos seletivos/excludentes, que simplesmente expurga os chamados "menos capazes" e alimenta o grupo dos sem-oportunidades. Por outro lado, criam-se os centros de lazer ou Núcleos Preventivos para frejar (prevenir) nesses indivíduos os futuros delinquentes, os futuros-criminosos-que-ameaçam-a-segurança-a-estabilidade-da-família-e-da-sociedade.

<p>A paz social passa a ser a bandeira da ideologia que busca amortecer as lutas de classes e acaba por acirrar as contradições sociais.</p>
--

Que é um marginal? Por que existe? Onde se encontra? Como vive? Como consegue sua "carona" no processo de produção de uma determinada formação econômico-social? Qual a sua personalidade jurídico-política? Sua gênese estaria realmente ligada a um processo determinante de sua necessidade e reprodução? Por que ele se encontra nos mesmos segmentos da sociedade, como castas ao revés? Favelado ou guetizado ele tem sempre uma similiaridade de gênese e performance - por quê?

As instituições que amparam o marginal menor funcionam dentro da sociedade civil. Servem de moderadoras dos problemas sociais. Mesmo quando se propõem "agente modificador" da realidade social nunca conseguem esclarecer devidamente a população quanto ao que seja uma condição "marginal" ao sistema. O trabalho institucional realiza-se

no sentido de ajustar o marginal às condições sociais que ele rejeita. Fundamentado numa escala de valores, determinada pela equipe técnica da instituição, que percebe o marginal por sua própria ótica e não pela dele, projeta e planeja todo tipo de atividade com o desejo de tornar o marginal menor uma coisa que ele não é. Por outro lado, cria-se o "estigma" do marginal de tal modo que torna o processo irreversível. É claro que essa irreversibilidade não diz respeito aos valores de qualquer outro modo de compreensão da realidade que não aqueles preconizados nos discursos oficiais das instituições estatais.

Cria-se a "vindita" Estado/marginal, onde se coloca sempre a questão da lei e do mais la dino, do mais forte, ou, como se diz na lingua gem popular, "quem for podre que se quebre".

O desenvolvimento do capitalismo produz um contingente de trabalhadores que fica excluído do processo produtivo. Essa população reproduz-se através de empregos intermitentes, pequenos negócios, ocupações outras que barateiam a reprodução da força de trabalho inserida nos segmentos avançados da produção, compondo assim um exército de reserva a serviço do capital, marginal ao sistema econômico e, no entanto, inerente a ele. Não existe essa coisa "marginal" como algo fora, mas "integrado". Marginalização e "integração" compõem as duas faces de uma mesma realidade assustadora: a marginalização assume o "corpus" de uma estratégia de sobrevivência, uma vez que no contexto da criação dos exércitos de reserva surgem as tensões sociais, agravadas pela falta de atendimento às necessidades básicas dessa população. Até o menor entra nesse processo, como força de trabalho mais barata e é controlado pelo sistema de empregos que se gera dos acordos entre as empresas e a instituição que o inscreve no processo.

Essa exploração acontece sob a máscara de "empregos" - atividades que não ferem o contexto das leis de trabalho do menor, mas que não atendem às exigências das chamadas "leis sociais" constantes da relação de trabalho. O menor recebe salário mais baixo e não tem direito aos "benefícios" da previdência, FGTS, etc. Por outro lado, enquanto ocupado no seu "emprego" (institucionalizado), o menor não

realiza o aprendizado (pelo menos de modo tão intensivo) da vida de malandro, do punguismo, da atividade sexual precoce, da violência - enfim, do que compõe o chamado comportamento marginal. Isso é o que se pretende, muito embora essa válvula-de-escape de desempregos disfarçados gere novas insatisfações e, conseqüentemente, passe a se mear outras tensões sociais, como veremos adiante.

A TRAJETÓRIA DO MARGINAL NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

Uma discussão sobre o marginal deve, necessariamente, passar pela discussão sobre a produção ou pela discussão da forma como os indivíduos são inseridos no processo pro dutivo, como eles se produzem materialmente, ao nível das relações sociais de produção.

O discurso da igualdade entre os homens, da "justiça social" das mesmas oportunidades de vida é o discurso ideológico do progresso. Entretanto as relações de classe que o capitalismo promulga, acaba por promover o desemprego, o subemprego, o marginal.

A marginalidade é inerente ao sistema; é produzida por ele dentro de determinadas condições histórico-políticas que o legitimam como ordem.

Com a usurpação das terras comunais, os camponeses, ex pulsos de suas terras, se viram obrigados a se deslocarem para as cidades onde, sem direitos e sem trabalho, não con seguem outra forma de sobrevivência se não venderem sua força de trabalho em péssimas condições, com longas jornadas e toda uma legislação repressiva que legitimava a nova ordem produtiva. Os que não se submetiam eram espancados e torturados e, muitas vezes condenados à morte.

"Mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro, se ninguém quiser tomá-los a serviço por dois anos; em caso de reincidência, se têm mais de 18 anos serão enforcados, se ninguém quiser tomá-los a serviço por dois anos; na terceira vez serão enforcados, sem mercê, como

traidores". (MARX, Karl, O Capital, vol. I, livro 2, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s/d.)

Dentro de tal sistema a vagabundagem era infração grave e sempre punida. Existiam as "casas do terror", locais onde eram mantidos os vagabundos e mendigos. Ali, além das torturas, os esperava uma espécie de triagem: uns eram forçados ao trabalho, enquanto outros, aqueles considerados mais inteligentes e mais capazes, eram enviados às fábricas, onde enfrentariam trabalho duro e um ordem repressiva baixo salários e nenhum direito.

"Assim, a população rural, expropriada e expulsada de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura." (MARX, Karl, O Capital, vol. I, livro 2, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro s/d).

O advento do comércio promove o desenvolvimento dos mercados a partir das trocas de mercadorias e do enriquecimento de mercadores. Surgem cidades e mais cidades e o homem se desloca do campo para as ruas. As cidades se tornam palco do comércio livre, nasce a troca de mercadorias, começa a impor-se o uso da moeda, rompe-se a antiga ordem feudal. Os mercadores assumem destaque social, há uma completa mudança em toda a estrutura social: outros conceitos, outras idéias, outras concepções de vida e de mundo, outras formas de trabalho (o que implica dizer outros modos de expropriação do trabalho humano). Institui-se uma nova ordem. Surgem o salário, o lucro e o preço - triângulo do capitalismo eminente. A "mais-valia" nas fábricas assegura o enriquecimento de uns poucos, que detêm a propriedade dos meios de produção, em detrimento de multidões expropriadas em sua força de trabalho, geradoras da "canalha", dos "misseráveis", dos "marginais". A extrema pobreza dos trabalhadores, em vista de salários baixíssimos e das longas jornadas que os exauriam, criava a necessidade de utilizar todos os braços da família para produzirem a sobrevivência,

o que era reforçado pela cada vez maior carência de operários que havia nas fábricas existentes e em expansão. Assim, mulheres e crianças eram encajadas na produção, muitas vezes recrutadas à força, por conta de uma legislação desumana e sempre punitiva, que desconsiderava a humanidade de tais criaturas. Afinal, o capitalismo nascente ainda não se dera conta de que o operário era importante para sua pujança e o tratava como o rebotalho da sociedade. Na divisão social do trabalho, então promulgada de modo "natural", o proprietário dos meios de produção ficava de um lado e o proletário (basicamente, o operário que trabalhava para o sustento de sua família, sem quaisquer outros direitos) de outro lado. O artesão e o mestre desapareceram, dando lugar a um novo personagem, muito mais condizente com as necessidades modernas: o assalariado, o que não tem mais nada de seu para gerar produção e que nada mais pode fazer do que vender sua força de trabalho, única via de sobrevivência que lhe resta.

A posse dos meios de produção a partir da expropriação dos trabalhadores transforma dinheiro em capital no processo de acumulação capitalista. Percebe-se, então, outras visões de mundo, diversas daquelas habitualmente preconizadas pelo direito canônico e pelo poder da Igreja - sempre de mãos dadas com a coroa.

Alteram-se os costumes e o impacto da máquina arrasa com a antiga ordem. As consequências sobre as concepções de vida das pessoas são irreversíveis, a partir da fragmentação do trabalho e da educação já voltada unicamente para a produção. Crianças são envolvidas num processo de aceitação e reprodução das distinções de classe - legitimidade de normas e leis manejadas como coerção.

A colonização foi o motor dicotômico na divisão interna - cional do trabalho. O crescimento das colônias dependia das exportações, mas culminava na pauperização dos povos colonizados e das classes trabalhadoras em especial. Nesta época, após a 1.ª Revolução Industrial, o Brasil, como parte da

franja do sistema, tende a se especializar na produção de cunho tipicamente capitalista. Seus ciclos de monocultura vão constituindo uma burguesia agrária, que culmina com a abolição dos escravos e a introdução do trabalhador livre, num mercado onde a força de trabalho era cada dia mais excedente.

Funda-se uma espécie de "acumulação primitiva" expressa no campesinato e com a apropriação do excedente da circulação de mercadorias.

O Nordeste Brasileiro estabeleceu-se como uma das principais áreas de exportação de matéria-prima: os latifúndios onde a cana-de-açúcar ou o algodão são explorados com as características de um modo de produção pré-capitalista, com poucas alterações tecnológicas. As relações de poder são determinadas pelo poder das oligarquias, que até hoje persiste com os grandes proprietários (apesar das modernizações do processo) desde o estabelecimento das concessões de sesmarias, por parte da coroa (caracterizando o abandono das terras dos sertões nordestinos e favorecendo a prepotência dos que recebiam grandes extensões de terra.) Na divisão regional do trabalho esse abandono tem o poder de revestir-se em reservatório de força de trabalho, onde a propriedade, as relações de produção, a moral, a justiça, como legados dos "coronéis" nos conferem a certeza de que a desigualdade abissal entre a consciência do homem letrado, socialmente bem situado, viajado, cheio de oportunidades e a "ingenuidade" do homem do campo e das cidades, se deve a essa herança histórico-política do "coronelismo".

É da lógica do capital: setores avançados da produção frente aos setores tradicionais, num mesmo bloco conjuntural, com desenvolvimentos desiguais, mas combinados, onde tudo se encaixa: bolsões da miséria e relações capitalistas avançadas, tudo dentro de mesmo espaço nacional, com o mesmo "destino" mas configurações diversas.

Nesse processo, um contingente de trabalhadores fica excluído do processo produtivo. Sua reprodução se realiza através de empregos intermitentes, pequenos negócios dentro da divisão social do trabalho. Esses trabalhadores são colocados/se colocam como marginais.

Essa fração da classe trabalhadora, excluída do processo produtivo e, ao mesmo tempo, integrante dele, sobrevive e se articula sobre condições objetivas: há toda uma categoria de trabalhadores (biscateiros, prestadores de serviço) que mantêm o processo produtivo em continuidade, sem, entretanto, necessitar de todo o processo de montagem de equipamentos de produção ou do cumprimento das leis sociais, ao mesmo tempo em que estes trabalhadores aguardam, um dia, a oportunidade de serem absorvidos pelo processo de produção industrial, engrossando assim as fileiras do "exército industrial de reserva"(*). De fato, é necessária esta participação marginal, a fim de garantir sua reprodução, barateando a reprodução da força de trabalho incorporada pelo capitalismo; barateando a reprodução ampliada do capital; garantindo poderes pré-históricos tradicionais, causas, valores; alimentando discursos nascentes do neo-fascismo na aparência do combate à violência e à criminalidade.

PODER E CONTRA-PODER:UM JOGO DE CARTAS MARCADAS

Toda sociedade organizada produz, necessariamente, ordem e desordem, lei e anarquia, produção e caos. Esta ambivalência é o suporte e a medida de sua possibilidade e equilíbrio. Toda tentativa de unilateralizar essa organização levará à criação de processos repressivos e a uma conseqüente e xacerbação do que se tentar eliminar, por mais "justo" que possa parecer tal atitude. Talvez seja possível pensar em termos de gerar uma relação "criadora" superando esses contrários. "Criadora", não no sentido espetaculoso do milagre filosófico ou político, mas no sentido do desafio do homem

(*) - Ver KOWARICK. Lúcio, Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

para que ele possa cobrar-se um "continuum" de crescimento humano, enquanto fonte viva da própria organização social.

A ideologia - campo de práticas e idéias - das sociedades capitalistas, que estabelece uma ordem dominante, promove todos os mecanismos através dos quais essa ordem vai ser contestada e transformada. No momento em que se exige um comportamento padrão dos indivíduos de uma sociedade de terminada, mesmo que com a intenção de estabelecer uma coletivização comportamental, começa-se a gerar um princípio de ruptura com alguns processos individuais, dando lugar ao surgimento da transgressão.

A singularidade da ordem é a gênese de uma contra-ordem. "O bandido, e não o herói é que é a figura trágica da época capitalista, de um sistema cujo espírito é eminentemente 'anti-heróico'. Julgam sua mente, sua escolha mais que a sua heresia." - (MISSE. Michel, MOTA. Dilson, Crime: o social pela culatra, Ed. Achimé/Socii, textos paralelos, Rio de Janeiro, 1979.)

As sociedades capitalistas, pela própria natureza de suas relações de classe, criam os pontos de ruptura de sua ordem constituída quando geram, no bojo de suas relações de produção e na centralização da propriedade dos meios de produção, as camadas sociais que se subtraem ao processo global e que se colocam involuntária e coercitivamente como "exércitos de reserva", como "lumpens" como marginais ao sistema.

Essa camada de deserdados não produzem e não consomem, (*) dentro do processo de circulação de mercadorias. Não trabalham, porquanto o sistema, que os produziu e impulsionou as relações de trabalho, determina a necessidade da limitação de uso da força de trabalho disponível a fim de manter uma relação satisfatória entre a produção e circulação de mercadorias e o seu custo.

(*) - Colocamos "consumo" como a apropriação de bens e serviços e não a extrema necessidade da reprodução - sobrevivência.

Um maior número de trabalhadores levará à carência de menores jornadas, com salários mais altos (em relação ao custo de reprodução da força de trabalho) e menor taxa de "mais-valia". Dentro do processo capitalista de produção, tudo isso é um grande dispêndio a que o "ciclope" não se pode submeter. Melhor e mais fácil é criar um sistema de valorização do trabalho através de sua fragmentação e conseqüente reificação do trabalhador, do desenvolvimento das forças produtivas que poupa força de trabalho, da criação ingente dos "exércitos de reserva" que pressionam o trabalhador no sentido de se manter engajado na produção e satisfeito com sua condição e, finalmente, da ideologização que confunde o trabalho com patriotismo e dignificação do homem.

Essa formação social que estabelece tal base econômica, pressupõe a necessidade, a formação de uma entidade superestrutural que tenha sob sua égide e direção todo o processo ordenado em tal sentido de relações. Entidade esta que não surge diretamente pela força de organização da produção, mas que escapa a um momento empírico da fundação ou de autoformação: o poder de definir um sistema de produção e direção é simultâneo ao mesmo processo que o gera como poder, sendo impossível determinar o momento empírico da formação do poder político. Trata-se de uma relação de diversos poderes localizados cujo fio condutor são as doutrinas investidas nas instituições. O poder se confunde com a vida política e social em vista de sua estreita relação de reciprocidade. As relações de poder que fundamentam a base econômica e veiculam o "modus faciendi" do sistema produtivo, agem na direção hegemônica de processos políticos, engendrados no todo social: o poder de Estado.

"... o poder não pode apenas ser descrito como passividade e submissão de grande parcela da população a um pequeno grupo que mascara, esconde, exclui, etc... Seu objetivo final não é só econômico (extrair o máximo de sua qualidade econômica como força de trabalho), mas também político. Importa minar sua resistência, desacreditar sua capacidade de

luta, de revolta, domesticã-la politicamente. Pretende sempre não só aumentar sua possibilidade de realização econômica quanto diminuir a níveis mínimos, fáceis de controle, sua força política."

(BARTHY. Aldacir Brasil, Poder e Hegemonia: um estudo in Serviço Social & Sociedade N^o 7, Cortez Editora, São Paulo, 1981).

A legitimidade da ação do Estado gera uma ação reversa. Os seres infames atuam como personagens centrais de um drama cujo fim se desconhece. O epicentro da roda-viva que o reproduz e impulsiona em suas atitudes se localiza fora de sua influência. O poder que o controla gera o poder da transgressão, sistemática de continuidade do confronto entre instituições e marginais: certamente o poder de controle implica em aceitação do controle, mas num jogo de cartas marcadas não se pode evitar o logro, o blefe.

O marginal "aceita" o controle institucional sobre sua vida, mas cria seus próprios mecanismos de defesa, a fim de se suprimir ao controle. Essa aceitação não se faz de modo passivo, nem é mesmo uma aceitação de fato, é mais um submetimento consentido, algo como uma trama pessoal da qual se sabe o roteiro e se desconhece as razões.

A construção imaginária do real é organizada a partir da seriação temporal. O controle de nossa identidade é feito através dos diversos caminhos da continuidade e através das transformações que vamos sofrendo. O tempo, como uma necessidade de organização da ação dentro de propósitos, nos conduz ao salto na imaginação de um projeto de futuro, na possibilidade de projetar uma saída, um amanhã. Nos instantes de crise a vivência de um futuro vazio não operacionaliza nenhuma ação concreta de resistência. Dentro das instituições o tempo é segmentado e o menor tem outra vivência temporal, daí "... interioriza esse consentimento só na proporção em que partilha a crença na ascensão social via trabalho e na legitimidade das instituições (vistas como necessárias). No entanto, como é uma crença interiorizada de forma contraditória, já que seu pensamento se organi-

za "fora" do que denominamos de *lógica do tempo capitalista*, não adquire a estrutura cognitiva e emocional que permitiria a subordinação de seus desejos e expectativas..." (ARRUDA. Sérgio, *Pequenos Bandidos*, São Paulo, Ed. Global, 1983.)

A dominação é realizada ideologicamente através das normas, do poder político, da "educação", onde se verificam os ninhos do poder que justificam as desigualdades, os conflitos, a exploração como "justos".

O reconhecimento das transgressões dos marginais menores como prática política de sobrevivência, como parte das lutas de classe, onde o enfrentamento entre o normal e anormal, lei e infração, ordem e desordem é definido a partir de uma ótica dominante, faz o discurso institucional desconhecer as condições reais impingidas aos menores marginais institucionalizados.

O jogo binário do poder/contrapoder nas instituições coloca sempre o que é criativo/criador nas demonstrações de luta dos menores que se batem nesses círculos setorizados das casas correcionais (reeducação). O jogo se realiza a partir mesmo do corpo de funcionários que se vêem lançados no processo hierárquico das atividades de controle, onde o tempo de serviço confere níveis de ação, o salário que conota "status" social e a posição política discriminadora são elementos classificadores de prestígio e competência.

A instituição tem um corpo sistemático de normas que são passadas aos diversos setores para ensinar a agir, sem explicar compreensivamente de onde surgem os menores marginais, suas determinações histórico-políticas e sem referir sua posição entre as diversas faces do saber e da ideologia.

O trabalho de construir um teórico-racional sobre o saber ainda instituinte busca uma determinação, assumindo a forma de conhecimento, à procura de detectar as ideologias subjacentes às diversas concepções imaginárias dos indivíduos, com

suas reais condições de existência. É algo assim como uma energia conservadora que tende, através de discursos e práticas, a introduzir normas instituídas pelo conhecimento oficial dos trabalhos desenvolvidos nas casas correccionais e demais instituições de controle dos marginais menores. O controle amedronta, com sua vigilância ao novo, ao incomum, ao excêntrico e cria um outro espaço-tempo, outra linguagem vivencial, outras cenas, por onde personagens malditos circulam e vão se traçando suas próprias teias no emaranhado social. A ordem como bandeira absorve os comportamentos dirigidos para a culminância de obras sociais fundadas no discurso do amor pelos marginais menores e num corpo de representações que modelam o saber e o agir.

A dinâmica do poder traça o seu caminho nas relações mantidas com os indivíduos dentro da instituição: poder/contrapoder - as relações internas entre o sujeito e a prática do saber confrontadas politicamente com a luta dos menores marginais por melhores condições de vida e pelo reconhecimento de sua humanidade.

A "Pedagogia da Sobrevivência", conjunto de práticas desenvolvidas para enfrentar a opressão - dentro de um movimento impulsional muito forte - constitui essa busca interior por um caminho decidido e decisivo para criar pulsares políticos determinantes na construção do homem novo em nossos hábitos e em nossas consciências. Torna-se necessária à atuação política engajada nessa luta de (quase) todos os oprimidos por melhores condições de vida e por profundas alterações na ordem instituída. Sua realidade manifesta a carência de uma sociedade civil mais forte e mais capaz de afrontar o poder - a partir dos sujeitos oprimidos - e a repressão instituída. E cria uma outra forma de ver o mundo.

CORRESPONDENCIA ENCONTRADA NOS TÚNEIS DO PAÍS DO MEDO

Fortaleza, ... de ... 198...

amigo:

Tenho seu retrato na mão. Quantas vezes pensei que seria lida por ti, que te conservo preso no meu coração. Vou te contar como é a vida, minha mãe foi assassinada, meu pai ficou com a gente que era um monte de menino, era 7 filhos pra ele sozinho cuidar. Nós morava no interior, daí ele espalhou a gente pelas casas dos tios. Era um inferno. Daí eles me mandaram trabalhar como doméstica na casa de Dona Bárbara que só me conhecia um pouco. Depois ela ficou muito doente. Aliás foi lá que eu te vi pela primeira vez. Soube depois que você se interessava pelos menores da FEBEMCE, os menores abandonados. Eu tô aqui sozinha, nesse quarto que eles chamam de triagem e me lembro do dia que cheguei aqui meu deus o tempo que fiquei sozinha eu ainda não te conhecia para poder ter por perto o coração. Eu quero é sair daqui. Deus me ajude. Essa agonia que cai na gente, nos menores também a gente não tem mais nada no mundo só a revolta e a vontade de sair. Eu estou com pressão baixa também hoje eles me deram aquele remédio aí eu não reagi tive que fazer força demais para não me lombrar. Até que deu pra fazer uma viagem mas marquei bobeira e fiquei no maior baixo astral. Agora estou melhor. E eles me prometeram uns tramos mas eu não acredito isso só vendo não acredito que eles sejam tão bonzinhos. Acho que alguma coisa poderia ser feita talvez se o amor fosse inventado e a gente não chorasse tanto como eu chorei naquele dia que vi que meu destino é correr de casa em casa de viver pelos corredores da FEBEMCE sem ninguém que queira me cuidar pelos menos durante esses seis anos. Tenho 15 anos amigo uma idade muito boa. Sei que as meninas e talvez tuas filhas tiveram festas com presentes banquetes eu sei que existe isso e também sei que sou eu que quero ficar aqui parada esperando sem ser capaz de vencer. Sinto uma raiva dentro de mim que vai me ajudar que vai me dar força pra sair deste buraco. Acho que a gente pode se sentir bem no mundo que vive. Acho que a gente anda tão desprotegida aqui dentro dessas paredes ameaçadoras mas acredito nessa luz que vem de longe.

"Zulmira de Souza"

Fortaleza, ... de ... 198...

tenho 15 anos e gosto de puxar um "baseado". Esta é a minha segunda entrada na FEBEMCE sou filho de um servente de pedreiro que vive sempre desempregado e que é chegado a um pê-de-balcão. Tenho mais quatro irmãos

menores que eu. Fumo maconha desde os 13 anos e estudei até o terceiro ano porque minha mãe me obrigava a ir pra escola. depois ela deixou de ligar pra mim e eu deixei de estudar. Comecei a viver na rua onde aprendi o descuido pra faturar alguma grana que me servia tanto pra ajudar em casa como pra comprar "fumo". Hoje estou aqui dentro onde levei porrada dos vigilantes e de onde vou sair o mais breve possível seja de que maneira for.

"Delano"

Fortaleza, ... de ... 198...

eu vivi muito tempo sozinha. Minha mãe morreu quando minha irmã mais nova nasceu, mamãe já tinha pouca força das surras que ela levava dele, aquele homem horróroso que nunca consegui chamar de pai. Ele bebia todo dia e levava uns amigos esquisitos lá na nossa casa. Eles eram ladrões. Entram na casa dos outros e levam tudo fogão, televisão, vitrola, jóias roupas tudo que desse para eles levarem eles levavam, mas o dinheiro a gente nunca via, aquele homem gastava tudo com as putas imundas e com os amigos. a gente até chegava a passar fome, e isso quando mamãe não conseguia lavar umas roupas para fora ou fazer limpeza na casa dos ricos. a gente vivia se mudando porque sempre ficava visado quando ficava muito tempo em algum lugar. O pessoal da vizinhança via aquela tapera cheia de televisão, geladeira, fogão de 6 bocas e achava que era tudo roubado e era mesmo, ficavam com medo de chegar perto da gente e então a gente tinha que sair de lá. Pois é, quando a minha mãe morreu nós cinco ficamos jogados. Meu irmão mais velho que tentava cuidar da gente. Mesmo assim ele só tinha 13 anos. Foi quando uma mulher foi dar parte na polícia que a gente estava a ponto de morrer pois aquele homem fazia uma semana que não aparecia e nem pra comprar um pedaço de pão a gente tinha. Eu tinha 11 anos. Fomos pro Juizado e depois de algum tempo, como ninguém reclamasse a falta da gente cada um foi encaminhado para um setor da Febemce quando eu cheguei lá, chorava o tempo todo. aquelas pessoas grandonas, com a cara ruim me assustavam. e quanto mais eu chorava, mais eu me sentia mal. eles diziam não chore, veja tudo vai se resolver a tempo, tenha calma, aí me deixaram dormir trancada num quarto, uma cela, presa, até que a assistente social chegou e falou comigo, perguntou porque eu não havia aprendido algum ofício se eu sabia fazer alguma coisa? ora eu fui de pouca escola, o que posso fazer? como se meu pai não parava em lugar nenhum e eu nem sei por onde ele anda metido agora. eu me lembro que ele me disse. vou te mandar pra febemce lá vão te dar um ofício e aí tu vai aprender a fazer alguma coisa na vida, e me batia, batia, batia, e eu não conseguia ficar de

pê. Passei três anos nessa vida de levar porrada todo dia na febre e também são todos uns monstros, semana passada eu e umas outras seis colegas tentamos fugir. sô que eles pegaram a gente. deram tanto murro, soco, pontapé, sô hoje consegui me levantar.

"Tânia Moreira"

PARTE 2

COMO ESTÁ A CRIANÇA BRASILEIRA?

Numa população total de 119.070.865 brasileiros, (censo 1980) 48,5% são menores de 19 anos. Nas zonas urbanas vivem 67,5% deste total. Nas zonas rurais estão os demais 32,5%. De toda esta população os que se enquadram como economicamente ativos, a partir dos 10 anos de idade contam 8.263.187 pessoas, sendo que 71% encontram-se nas zonas rurais. O restante está nas cidades, a maioria portanto trabalha em atividades agrícolas. Os índices de mortalidade infantil ocorrem, em Fortaleza, com 123,5 por 1000 nascidos com vida. A causa básica é a desnutrição. O atendimento escolar é precário e a escassez de alimentos leva a criança a enfrentar o mercado de trabalho antes do tempo, (encontrando ocupações marginais), que o empurram sempre para a delinqüência. O encarceramento dos menores fecha o ciclo com as dificuldades de reeducação e as relações de poder e socialização dos enfrentamentos sócio-individuais.

Assim, gravitam por esse infame mundo da produção um quantidade enorme de menores em situação irregular que o Art. 29 do Código de Menores considera:

1. privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de:

- a. falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;
 - b. manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-los;
 - c. ser vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis;
2. Perigo moral devido a:
 - a. encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b. exploração em atividades contrária aos bons costumes;
 3. Ser privado de representação ou assistência legal pela falta eventual dos pais ou responsáveis;
 4. Desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
 5. Ser autor de infração penal:
 - a. crime contra o patrimônio;
 - b. tóxicos;
 - c. crime contra a pessoa;
 - d. crime contra os costumes;
 - e. contravenções (*)

A sociedade civil se movimenta no sentido de exigir providências das autoridades competentes, a fim de que se possa evitar abusos do poder que ameaça o bem-estar das pessoas. Quem diz que sou o que sou? Vivências sociais e políticas opressoras me produziram? Sobreviver nesse afundar diário, nessa consumição, buscar alternativas sociais criativas é regra para os marginais institucionalizados. A instituição é importante socialmente? O que significa isso a nível empresa/Estado? Recuperar os marginais é a saída sem "beco", porque não há como pensar que os dominantes que têm o poder jamais compreenderão as reais necessidades do povo carente, porque não são eles. E aí, como pensar no povo sem admitir sua necessidade histórica de conquistar efetivamente um poder? Deverá surgir uma outra pedagogia, uma outra prática para nos desvencilharmos dos signos dominantes.

(*) - OLIVEIRA. Juarez, ACQUAVIVA. Marcus, (org.) Brasil, leis decretos, etc. Código de Menores, leis nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, 3a. edição, Ed. Saraiva, S. Paulo, 1981.

É preciso que educadores tenham uma prática e compreendam que uma determinada lógica da singularidade tem formas próprias de expressão e que existem milhões de possibilidades de se abordar uma questão, diversas linguagens, múltiplos códigos.

A compreensão mecânica dos condicionamentos positivistas, onde tudo tenha um estímulo e uma resposta em face das lutas sociais e manipulações ideológicas e a conseqüente prática entre os educadores (quem educa os educadores?) não nos instrumentaliza na compreensão do fenômeno do conhecimento e nem nos coloca num processo de ampliação epistemológica que inclui componentes sensoriais, motores, intelectuais, espirituais, tudo ao nível do social, que é apenas um deslocamento de tudo, além do político e do econômico, como um inconsciente social coletivo.

As instituições estão mais preocupadas com os problemas de conduta. Com a disciplina, a ordem, a submissão. Para se verificar se o menor está "socializado", verifica-se se ele anda bem, sem colocar problemas em cima dos rituais determinados pela instituição. Os indivíduos são sujeitos aos signos dominantes e a mecanismos pessoais de sobrevivência.

A partir daí, percebe-se que a forma de produção está dentro das escolas, das instituições que têm o poder de modelar, planificar, programar os segmentos sociais, conformando-os aos ideais da sociedade capitalista - o Estado integral. Quer dizer: tudo tem a ver com tudo. A "integração" capitalista processa mecanismos de impregnação psicológica/ideológica (manipulação de informações, comunicação de massa) através das relações familiares, conjugais, domésticas; através da educação, da justiça, da assistência social - concordando para ligar tudo entre si, atendendo as exigências do sistema. Através do lazer e do desejo, da cabeça e do sexo: tudo tem a ver com

tudo. Aqui não existe exterioridade. O exterior é o inimaginável, inexprimível, inexistente. Além da fronteira do real perecível.

Para a funcionamento equilibrado do sistema, as instituições assistenciais têm que assumir a "marginalização" justificando suas miseráveis condições de vida e propondo uma "educação para o trabalho" e para o "respeito" (submissão). A instituição é impessoal: reparte o tempo, coisifica a criança. O assistencialismo prevê uma adaptação do menor às normas da instituição, que tem como madrinha a Primeira Dama do Estado.

Sempre uma coisa de frente para a outra: a pobreza/miséria e o luxo/exploração.

A tensão e a crise são o fio condutor da trama social no discurso sobre a marginalização, tendo como registro ideológico medidas repressivas para conter a tendência à desordem que esses momentos contêm, reforçando o controle do Estado integral sobre a pessoa.

Com uma força contrária ao projeto global de atuação, os menores marginais começam a compreender que acima de tudo é preciso criar um processo de resistência, na tentativa de organizar um outro estado de coisas, onde a discussão passa pela realidade de um modo como eles, marginais, pretendem que seja.

Os intelectuais a serviço da Ordem tanto podem defender os interesses das classes dominantes como os interesses do proletariado (de onde gera o "lumpenato" através da pauperização). Na verdade, o cerne de sua situação se orienta numa prática assistencial para a "educação das massas", com um trabalho ideológico que tenta amortecer os problemas sociais. Assume a luta de classes tentando escamoteá-la através de práticas de dominação, sem penetrar fundo a questão da marginalização social. É indispensável representar, falar por, em nome de.

Se tomarmos o conceito de revolução, deslocando aos microorganismos sociais, nos espaços onde a luta deve ser travada, passamos pelas relações cotidianas dos homens, das mulheres, dos homossexuais, dos marginais, dos guardiães da ordem - na fábrica, na produção, na escola, na Igreja, nos esquemas mentais dos trabalhadores e dos proprietários.

O que seria uma educação que tivesse por base uma idéia revolucionária? Singularidade e autonomia deve ser o ponto de partida, para a sensibilização dos níveis de consciência, do ritmo e da produção de novas formas de luta. É preciso compreender a castração ideológica que penetra os segmentos sociais impedindo de agir, militar, avançar.

*A desigualdade social nos parece uma pista para compreendermos os componentes histórico-políticos da marginalização. Em determinados momentos os marginais assumem o desrespeito às leis, promovem a desordem. E aí também o marginal se individualiza no seu caminho como único.

O marginal é um investimento social, político, econômico, antes de ser objeto da sociologia, do direito, da pedagogia. O problema do marginal é coletivo: é necessário politizar o marginal deslocar a análise para as relações de poder institucionalizado, localizado, construir pequenas totalizações parciais para que se compreenda o seu fenômeno. Fragmentar para depois unir.

No grande teatro social colocam-se, de um lado, os rituais burgueses, com todo o seu aparato e, de outro lado, o seu complemento: os "desviados", a pobreza, as fábricas, as instituições assistenciais. Uma coisa não sobrevive sem a outra. Nessa trama o Estado aparece como uma relação mediatizadora no jogo de interesses e pode até, de repente, assumir certos interesses da classe dominada - hegemonia e dominação. Orienta e dirige a sociedade com a coerção e o consenso. Destroi os conflitos. Desloca, redefine. A igualdade é uma bandeira mascu

rada uma vez que contém o seu contrário na proteção aos incapazes, na recuperação dos marginais.

O bem-estar social identificado/confundido com o assistencialismo e o trabalho de ação social nos traz de volta o menor marginal atingido por esse protecionismo participativo dos programas dos demais setores sociais: poder e condução.

O menor marginalizado é produzido socialmente como reverso do processo (justificativa necessária para intervenção de uma concepção de "integração social") bem em cima das necessidades do capitalismo. A ideologia veiculada para os menores marginais tem como objetivo a funcionalidade do sistema sócio-econômico, para acomodar os valores dominantes. A dominação tem a ver com o "saber" de uns sobre a "ignorância" de outros. As instituições assistenciais assumem a problemática da marginalização social dos menores, justificando suas miseráveis condições de vida e propondo uma educação voltada para o trabalho e para o respeito.

A RUA: DO ABANDONO AO CRIME

Fortaleza é uma cidade aberta. Para ela fluem e refluem os mais variados tipos de migrantes, especialmente rurícolas tangidos pela fome e pela seca. Ficam por todos os lugares ditos públicos - jogados, sem rumo, sem amparo, sem trabalho, sem lei, sem vez. Até que um dia sejam recolhidos pela caridade de alguma instituição ou colhidos pelos serviços de proteção da coisa pública e da ordem social. Sua trajetória é sempre muito igual e empiricamente observada: primeiro, quando ainda trazem um certo ressaibo da dignidade perdida pelas estradas da vida, procuram trabalho - o que não há, que o País vive mergulhado no desemprego. Em seguida, já um tanto desesperançados, buscam algum serviço no chamado mercado informal do trabalho. Alguns (muito poucos) conseguem algum que fazer. Os demais partem para certos expedientes: a mendicância, a malandragem, o crime. *

Essa população marginal, gerada no bojo das contradições de uma sociedade de classes, geralmente composta de prole numerosa e sempre desestruturada - por conta da mesma falta de oportunidade que a obrigou a migrar, é a fonte, a geratriz do menor marginal. Pais de

vida irregular - filhos ao abandono: o velho processo de envilescimento de tantos que participam do colunismo policial dos jornais de toda cidade grande.

* O número de crianças que se encontram abandonadas e à beira do crime (quando não mergulhados até o pescoço - ir reversivelmente condenados à infração) é assustador - algo como a população de um País. As medidas de segurança que se inventaram não conseguem reduzir essa população, a despeito da criação ingente de instituições especializadas - concebidas para este fim. (As ruas estão cheias de crianças que abordam os adultos - tanto para esmolar quanto para assaltar ou matar - o que é mais grave.)

Os juizados de menores recolhem essas crianças, fazem - lhes uma traigem, ficham-nas (marcam-nas para um tempo futuro de confronto com as forças policiais) e as encaminham para os redutos, onde serão escolarizadas, onde tentarão dar-lhes um sentido para a vida e o desejo de participar da construção da sociedade e onde acabarão "escoladas" para uma malandragem mais ousada - com os mais experientes.

Prostituir-se é preciso, viver não é preciso.

O processo de pauperização que desagrega famílias, vitima consciências, vilipendia pessoas, humilha a natureza humana, solapa os últimos redutos de "moralidade" e mergulha crianças num lodaçal abjeto e cruel onde o abandono, a exploração, a repressão coisificam e matam. A fome começa a construir as bases de um desmantelamento moral que desemboca na divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, no desprestígio de uma categoria sexual (feminina) pela outra. Os meninos, abandonados pelas ruas e tendo que conquistar sua própria sobrevivência por sua própria conta e risco, lançam-se à luta: o subemprego, a rapina, o aprendizado da malandragem gradativa e crescente os aguardam com todo o aspecto já referido. Quanto às meninas, a coisa muda um pouco de figura: o aprendizado, embora as leve praticamente ao mesmo caminho, passa por formas diversas da degradação, onde a prostituição é uma delas. *

Numa população de 349 internas no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota - Centro de Triagem Feminino da FEBEMCE - ano de 1983 - 95 destas menores eram prostitutas. (*)

Nos seus relatos de vida, percebe-se como se processa sua trajetória: são menores trazidas da zona rural por famílias que "assumem" perante seus pais a responsabilidade de educá-las. Esta é uma iniciação: filhas de prostitutas ou com familiares prostituídos, elas repetem o mesmo padrão de comportamento pela interiorização do mesmo universo de valores. Menores envolvidas com drogas: a prostituição é um meio de conseguir dinheiro para adquirir drogas. Se "ousam" experiências sexuais fora do casamento com namorados ou se são violentadas os pais as expulsam de casa, movidos pela força de um código moral repressivo e medievalesco. As filhas de criação recebem a repressão, os castigos, as injustiças ou o desprezo que as levam à desagregação moral e ao caminho da prostituição. A primeira experiência conjugal fracassada: não retornam à casa dos pais por não terem uma "justificativa" para a separação dos maridos e se lançam à prostituição por não encontrarem uma forma de trabalho que as dignifique e, mesmo que comecem a trabalhar em qualquer lugar, em pouco tempo as pressões masculinas e as promessas de uma vida melhor acabam por levá-las à prostituição. (**)

O drama das menores prostitutas é tão grotesco que nos coloca numa situação de ficcionistas para abordá-lo. A leitura de "Christiane F., 13 anos, drogada e prostituída..." retrata muito bem seu processo...

O TRABALHO E O DECURSO DA LEI

O menor marginal objeto de nosso estudo encontra-se nos se

(*) - Ver SILVEIRA, Regina Lúcia Barros Leal, Prostituição (um problema social), trabalho apresentado na 3a. Jornada Norte-Nordeste de Psiquiatria, Fortaleza de 9 a 12 de fevereiro de 84, mimeografado.

(**) - Ver SILVEIRA, Regina Lúcia Barros Leal, op. cit.

tores periféricos da Região Metropolitana de Fortaleza, que apresenta um crescimento urbano acelerado, gerando processos de favelização e proliferação de conjuntos habitacionais - sem solução prática para seus espaços, que vão sendo preenchidos por um contingente populacional que vem do interior do Estado. Fortaleza, com mais de um milhão de habitantes, mostra o retrato de uma pobreza endêmica, advinda dos sertões vitimados pelas secas repetidas (1979/1983). Em seu bojo de Metrôlole o descaso administrativo (ou a incompetência urbanológica) gera uma problemática sócio-econômica descaracterizadora de todo o contexto social onde se insere o menor marginal.

As relações de trabalho no campo, as grandes concentrações de terra, a pecuarização, a falta de assistência ao pequeno produtor, as secas agravam e intensificam o êxodo rural e as populações se vêem obrigadas a enfrentar os problemas da organização urbana de Fortaleza: a falta de equipamentos coletivos capazes do atendimento às necessidades dessa população, a especulação imobiliária, a desqualificação profissional para enfrentar o restrito mercado de trabalho fazem com que essas populações vivam em péssimas condições.

É insignificante o engajamento da força de trabalho nos setores primário e secundário, ao passo que o setor terciário - costureiras, comércio ambulante, bodegueiros, operários a domicílio, etc. - absorve um número relevante de pessoas, transformando-se na principal fonte de renda dessa classe trabalhadora. (*)

Esse contingente populacional de periferia só sobrevive com o trabalho. Uma vez que não tem renda fixa, entretanto, a insegurança com o dia de amanhã é ameaçadora. A saída para essa gente é a ajuda mútua, o auxílio da vizinhança, o trabalho (informal) da mulher e do menor, as contas correntes nas bodegas (com largas dificuldades de serem enfrentadas com regularidade), os serviços de instituições governamentais ou filantrópicas (que atuam nos bairros de periferia para distribuir

(*) - Ver MIRANDA. Dilmar Santos de, A cultura de sobrevivência, CETREDE, Fortaleza-Ceará, 1980.

gratuitamente remédios, alimentos, roupas, fardamento e material escolar, etc.) Em decorrência da extrema pobreza destas populações periféricas surgem as ações sócio-filantrópicas de Instituições como INAN, CEME, LBA, FEBEMCE, ROTARY CLUB, LIONS CLUB, etc. (*)

Em tais circunstâncias, a baixíssima renda familiar associada a um processo de desinformação quase absoluto, coloca o trabalho do menor numa escala de atuação, muitas vezes, mais notável que o dos adultos. Supõe-se que o trabalho do menor - pelas ruas, pelas casas, pelas praias - será uma extensão do esforço familiar pela sobrevivência. Este trabalho, enquadrado nas modalidades de ocupação que compõem o mercado informal, quando não rende "alguma coisa" para a família, pelo menos tem o resultado de diminuir o número de bocas para a responsabilidade paterna (quando esta se faz possível).

As famílias dos bairros periféricos são, geralmente, numerosas e contam com uma quantidade de filhos menores bastante alta. Como têm de ingressar no mercado informal com elevado número de seus membros para conseguir uma renda "suficiente" para sobreviver, é lógico que o ingresso de menores neste processo é verificado com muito mais frequência - principalmente na faixa etária que vai de 9 a 16 anos. (**)

A Constituição Federal de 1969 determina uma idade limite de 12 anos, para que o menor tenha o direito de ingressar no mercado de trabalho. O Código Civil Brasileiro estabelece a maioridade jurídica em 21 anos e incapacidade absoluta até os 16 anos. Por outro lado especifica que todos os atos civis dos menores de 21 anos e maiores de 16 anos devem ser assistidos pelo Estado. Ora, acontece que tão descontraídas compreensões do estado de minoridade acabam por gerar um completo descaso para com o destino desses menores, cujas famílias por sua vez já se encontram marginalizadas do processo produtivo, levando-os a uma participação ilegal da produção no chamado mercado informal do trabalho - com sé-

(*) - Ver HAGUETTE. Tereza Maria Frota, O mito das estratégias de sobrevivência, Edições UFC, Fortaleza 1982.

(**) - Ver GRADVOHL. Marta de M.B., O trabalho do Menor no setor informal de Fortaleza, IPLANCE, Fortaleza, 1980.

rias consequências, como veremos adiante.

Mais da metade dos menores de 18 anos participam da renda familiar como estratégia de sobrevivência e uma parte da renda familiar provém do "salário" do menor, que é sempre obrigado a destinar uma parcela de seus rendimentos para a manutenção da família.

Esses menores não são escolarizados por conta da necessidade prioritária do trabalho, em detrimento da educação formal. As jornadas de trabalho vão de 9 a 16 horas.

O baixo nível de remuneração, a ausência de medidas de proteção e a rotatividade demonstram o grau de exploração a que são submetidos os menores, já que exercem as mesmas funções dos adultos e recebem apenas 40% do salário adulto. (*)

As instituições estatais, através de sua política de ação social, planejam a entrada do menor no mercado informal, reforçando o discurso da sobrevivência como necessidade social/individual. A FEBEMCE, através do NPT (Núcleo do Pequeno Trabalhador) agencia os menores como empacotadores nos supermercados e recebe uma renda "per capita" que é "revestida em benefício dos menores" e os retira das ruas, por outro lado a chamada profissionalização educacional não se adequa às reais necessidades do mercado e por isso obriga o menor a ingressar no mercado informal do trabalho para garantir sua sobrevivência. Parece mais uma superexploração a que são submetidas populações marginais, onde até o assistencialismo - que a vicia e reproduz - descontextualiza-se da problemática geral que envolve o menor marginal. (**)

O menor marginal, em tais circunstâncias, trabalha para suavizar os efeitos de uma renda familiar insignificante para as

(*) - Ver FERREIRA. Benedito. G. Um mundo menor no maior, Edições UFC, Fortaleza, 1980.

(**) - Ver CETREDE. FEBEMCE: Discurso e realidade, equipe do Curso de Planejamento em Desenvolvimento Social com a orientação do Prof. André Haguette, Fortaleza, 1982.

suas necessidades. O desemprego, o baixo salário dos adultos, as jornadas irregulares exigem o trabalho do menor, que é injustiçado no texto e no contexto da lei, que não é cumprida e mesmo quando o é, não resolve os problemas que envolvem o menor. A lei pode ser burlada e, de fato, é burlada. Os limites impostos pela ideologia ao texto da lei são o que fazem dela um ornamento que o Estado apresenta à sociedade civil. Seu resultado final é tido como uma ação em prol da "justiça social". A falação da lei é a falácia da justiça.

O número de menores que assolam às ruas é incontável. Estão em todos os lugares, em todos os momentos: nas ruas e praças, nas feiras e esquinas, nas praias e nas portas das casas - vendendo objetos que vão de frutas a pequenos brinquedos. A luta pela sobrevivência que é obrigado a enfrentar certamente lhe trará consequências inevitáveis e irreversíveis, nesse processo de "maturidade precoce".

Igualmente irreversíveis são os fatos acontecidos na vida das crianças, ainda em formação psicológica, sem ter vivido plenamente sua infância. Todas as coisas que é obrigado a viver haverão de marcá-los para sempre: jamais esquecerão a fome, o abandono, a discriminação. Envelhecem antes do tempo. Tudo neles amadurece e envelhece com uma rapidez vertiginosa (era do jato?) Encurtam-se gradativamente no tamanho, no tempo, no desejo. Mortos-vivos que passeiam entre os vivos-mortos: ou come ou é comido, ou mata ou é morto. A sua agressividade, que as vezes assume requintes de perversidade, de par com sua subserviência forçada, formam as duas metades de um mesmo rosto, de uma mesma consciência que se afirma e se nega, que se impõe e aceita a destruição.

PARTE 3

INVENTANDO UMA SAÍDA PARA O BECO

A ESTRUTURA JURIDÍCO-POLÍTICA: O DISCURSO DO MAIS FORTE?

Onde a produção sócio-econômica dos marginais mediatiza a relação do Estado com as lutas sociais?

As políticas e as normas contraditórias na ação social do Estado (integral, no sentido gramsciano do termo) se justificam pela necessidade de salvaguardar uma ordem nas relações de poder dentro das instituições. Ou melhor, uma aparência de ordem, harmonia, controle. Os domínios do poder tem ninho próprio, articulando jurídica e administrativamente as decisões funcionais na aparência democrática disfarçada, disfarçando a recessão e a repressão econômica com a normatização, a modelação e a ordenação: a unidade com a cartada do livre arbítrio.

As "casas do terror" são deslocadas no tempo: o argumento que justifica ação repressiva/punitiva das instituições tenta amparo na concepção das "patologias sociais", construídas a partir da acumulação das ciências capitalistas. A divisão da sociedade e do homem as reportam a uma inversão de valores que buscam outras causas para a marginalização, diversas da realidade social. Com isso, tenta-se justificar a exploração promovida pelo processo de produção industrial. Visa-se o progresso e para isso vê-se o absurdo de uma miséria social sem escalas.

O marginal, integrado ao sistema, incorpora toda a concepção de mundo que lhe impõe o sistema, como puro reflexo da produção ou como projeto para um engajamento à legitimidade da ordem que o reprime. Um lado da moeda.

Existe toda uma cadeia de conceitos absorvidos pelas instituições que legitimam o discurso oficial, a despeito de todo um repertório de contra-discursos que se entricheiram para a legitimação de uma "abertura científica" em busca de soluções para o fenômeno da marginalização. Na verdade, todo o drama marginal é como uma peça do absurdo becketiano ou do surrealismo de Breton.

A socialização dos métodos de enfrentamento dos menores se coloca numa situação de encarar o poder, na aprendizagem de lutas e valores comuns para, enfim, se orientarem por uma estratégia de guerra para driblar a ordem. Os casos de completa desordem nos diários da instituição, que nos contam os livros de ocorrência, denunciam todo o poder institucional dirigido no trabalho de "conhecer" e "querer aplacar" a fúria que se abate sobre os menores quando enfim eles ameaçam a ordem institucional.

O jogo do contrapoder tem seus trunfos, num terreno estreito onde se debate o menor, criando o caos necessário à revolução nas instituições. O outro lado da moeda.

Segundo alguns cálculos ultrapassa os 30 milhões o número de menores classificados como carentes em todo o país, que se situam em diversos níveis: desde o total abandono no lar onde são muitas vezes violentados até a delinquência. Não queremos dizer que todos os menores marginais necessariamente se "desviariam" para o crime.

"a criminalização da 'marginalidade' é uma resposta política dos mecanismos legais (polícias, tribunais, júris e autoridades penitenciárias) à marginalidade, na medida em que exprimem também a dominação de uma classe sobre as outras". (MOITA, Dilson, MISSE, Michel, Crime: o social pela culatra, Ed. Achimé, Rio de Janeiro, 1979.)

Os órgãos de assistência são criados para minorar a situação terrível em que se encontram esses menores. Ainda persiste essa população marginal com problemas diversos: as migrações crescem, a seca aumentou a previsão da FEBEMCE para 2.123.341 menores para o ano de 1984. No Ceará em 1970 existia uma população de menores de cerca de 1.890.771 pessoas, já em 1980 esse número avança para 2.003.817 menores. Estimativas prevêem para 1990 um número assustador de 2.430.694 menores em situação "irregular".

Diariamente os menores são recolhidos a Divisão de Segurança e Proteção ao Menor, da Secretaria de Segurança Pública e os casos são os "normais": furtos, uso de tóxicos, crime de morte, sedução, demonstrando que o problema da infância continua sendo o alerta geral para a forma de organização social imposta pelo modelo dominante. O desamparo em que vivem as famílias de baixa renda favorecem o surgimento de comportamentos "anti-sociais", como resultantes de uma negação dos direitos que a sociedade usurpou das parcelas marginais.

As políticas de ação social incorporam os interesses das classes dominantes, atendendo, entretanto as reivindicações dos grupos subalternos para garantir a "paz social."

A setorização e a normatização das questões sociais atendem de maneira fragmentária os pontos nevrálgicos do sistema. O menor marginal emerge de uma problemática ampla onde uma grande concentração de renda gera desigualdades sociais e uma camada da sociedade fica excluída do "bolo econômico" e são obrigadas a permanecer a níveis de pobreza absoluta.

O assistencialismo reproduz a marginalização nas diversas concepções que pairam nas posições políticas dos profissionais das instituições, as relações de classe, as visões parciais da questão até os que acham que a instituição é um bloco monolítico incapaz de qualquer intervenção transformadora nas relações de poder dentro da sociedade organizada tal qual está. Outros ainda, observam a instituição dentro de um contexto sócio-histórico que necessariamente incorpora as demandas dos grupos dominados como respostas à correlação de forças dos grupos sociais, mobilizando transformações estruturais. (*)

O ativismo é a regra, sem posicionamento crítico, a transitoriedade nos cargos, os fatores externos e o controle escapam ao processo de transformação e determinam o surgimento de organizações que legitimam o órgão como representativo da sociedade civil.

No Brasil do futuro, a população de menores é imensa e surge sempre a questão: como alimentar essas crianças? como educá-las? ampará-las? e sempre as mesmas respostas: sem uma mudança nas estruturas sócio-econômicas do País os problemas básicos dessa população se agravarão. Sem drásticas transformações o paternalismo e o assistencialismo continuarão. A marginalização da população está longe de assegurar a tão afamada "justiça social".

A INSTITUIÇÃO VISTA POR DENTRO

No ano de 1927, o Estado assume a problemática do Menor - Código de Menores e Juízo de Menores - sem um caráter de proteção e nem condições de implementação. Só mesmo em 1935 é que foi criado, em São Paulo, o SSAPM - Serviço Social de Assistência e Proteção ao Menor - ligado à Secretaria de Justiça e Negócios do Interior.

(*) - Ver OSTERNE. Maria do Socorro Ferreira, A institucionalização da assistência ao menor, *Jornal O POVO*, 16.10.1983, Fortaleza - Ceara.

A Política Nacional do Menor tem como marco o ano de 1964, quando da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM - Lei nº 4.513 de 19 de dezembro de 1964. O planejamento social passou, assim a ser mais um elemento de controle dos mecanismos da sociedade civil. A FUNABEM passou a assumir a problemática do menor com uma visão setorizada, parcializada do problema se restringindo ao abrigo, alimento e vestuário. (*)

Compete a FUNABEM:

1. Realizar estudos, inquéritos e pesquisas procedendo ao levantamento nacional do problema do menor;
2. Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas dedicadas à execução da Política Nacional do Bem-Estar do Menor;
3. Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, inclusive perante a outras instituições públicas ou particulares, necessário à consecução de seus objetivos;
4. Promover cursos, seminários, congressos com o fim de examinar questões de interesse comum das autoridades administrativas e judiciárias relacionadas com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, em todas as unidades da Fundação;
5. Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do Menor;
6. Prestar assistência técnica ou financeira ao Estado, Município e entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de programas de interesse da Política do Bem-Estar do Menor;
7. Fiscalizar a execução dos convênios, acordos e contratos de prestação de serviço celebrados com entida

(*) - Ver BIERRENBACH. Maria Inês Rocha de Sousa, Política e planejamento social, São Paulo, Cortez Ed. 1982.

des públicas e privadas; (*)

O funcionamento da FUNABEM é regido por este estatuto de 8 de fevereiro de 1979, tem personalidade jurídica de direito privado e é integrante no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS.

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor assume nos Estados seus próprios planejamentos e execução dos serviços, criando-se uma política do bem-estar do menor no âmbito do Estado. A Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE - foi instituída pelo art. 214 da lei 9.146 de 6 de setembro de 1968; vinculada à Secretaria do Interior e Justiça (hoje Secretaria de Justiça) autonomia administrativa, financeira e patrimonial e operacional.

A FEBEMCE tem competência para:

1. Realizar estudos e pesquisas conducentes ao conhecimento dos problemas do menor, seus determinantes, suas consequências e áreas afins;

2. Formular planos, programas e projetos destinados a servir de subsídios ao Sistema Estadual de Planejamento, ou para execução em âmbito próprio com as diretrizes nacionais da política do bem-estar do menor;

3. Criar condições que possibilitem a integração social, na comunidade, dos menores que por suas condições sócio-econômicas não tenham acesso aos meios normais de desenvolvimento;

4. Promover a articulação de instituições públicas e privadas para o planejamento, coordenação ou execução de serviços do bem-estar do menor;

5. Propiciar a formação e desenvolvimento de recursos humanos em todos os níveis, necessários à consecução dos objetivos da política estadual do bem-estar do menor, inclusive pertencentes a entidades públicas e particulares;

6. Promover cursos, seminários e congressos com o fim de examinar e debater matérias relevantes relacionadas com a política do bem-estar do menor de interesse das autoridades administrativas, judiciárias e lideranças da comunidade.

(*) - Ver Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE - O menor carente e a ação da FEBEMCE, Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1980.

dade;

7. Incentivar e apoiar a criação de grupos ou entidades voluntárias, voltadas para atividades de apoio à Fundação;

8. Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução do problema do menor;

9. Prestar assistência técnica ou financeira a instituições públicas ou privadas de amparo ao menor, que se proponha à consecução de objetivos estabelecidos em comum acordo com a Fundação e definidos em termos de projeto executivo, convênio, acordo ou contrato;

10. Orientar e fiscalizar a execução dos projetos executivos, convênios, acordos e contratos celebrados com entidades públicas ou particulares. (*)

A FEBEMCE atua em Creches, Núcleos Preventivos, Centros Educacionais Integrados, Centros de Reeducação e atendimentos a Entidades Sociais Particulares e Públicas.

Creches: acompanhamento da criança e sua família e garantindo sua participação comunitária.

Núcleos Preventivos: objetivos específicos de "prevenir" a marginalização, atuando em "causas" dos condicionantes do processo.

Centros Educacionais Integrados: atua com menores carentes sob o "risco" de marginalização social.

Centros de Reeducação: "a reintegração é o compromisso", partindo da ação psicopedagógica e social atingindo os menores em situação "irregular".

Entidades Sociais Particulares: iniciativas particulares que se propõem a promover o bem-estar do menor carente.

Entidades Sociais Públicas: Juizado de Menores e Liberdade Assistida.

A autoridade judiciária é o Juiz de Menores que fiscaliza o cumprimento das decisões judiciais que houver tomado com relação à assistência, proteção e vigilância a menores, segundo o Código de Menores, art. 6º, 7º e 8º que tem a autori-

(*) - Ver Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE - O menor carente e a ação da FEBEMCE, Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1980.

dade de aplicar medidas sobre a pessoa do menor:

- a. advertência;
- b. entrega aos pais ou responsáveis;
- c. colocação em lar substituto;
- d. liberdade assistida;
- e. colocação em casa de semiliberdade;
- f. internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado. (*)

O CONFRONTO INEVITÁVEL E A VEZ DO OUTRO

A institucionalização dos menores marginais, é, também, por muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência das famílias periféricas, que carecem de encontrar alternativas de organização de suas vidas. O número elevado de filhos (prole numerosa) faz com que muitas famílias "entreguem" seus filhos ao Juizado de Menores (principalmente os mais "danados", os desobedientes), para que a FEBEMCE cuide deles. O modelo é sempre o mesmo: mãe "lavadeira" - marginalizada - pai, desempregado (quando tem pai). Os menores, entregues à própria sorte, chegam à instituição: lá encontram toda uma máquina montada para modelá-los e impor-lhes uma ordem desconhecida para eles, desde a setorização, a segmentação das atividades e do tempo (fragmentação do tempo), até a socialização das diversas atividades e aprendizagens com outros menores ou mesmo o jogo entre eles para poderem sobreviver dentro da instituição: A sobrecarga do poder que vem de cima (hierarquização funcional) e o tratamento concreto que lhes é dado. O enfrentamento com o poder se traduz em rebeldia. A manipulação e coisificação dos indivíduos, através de práticas pedagógicas manipulatórias, em posições de superadaptação, levam os menores marginais a encontrarem uma alternativa para se discriminarem como únicos: a rebeldia.

(*) - OLIVEIRA. Juarez, ACQUAVIVA. Marcus, (org.) Brasil, leis decretos, etc. Código de Menores, leis nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, 3a. edição, Ed. Saraiva, São Paulo 1981.

"A menor R., quando lavava o banheiro, começou a chutar baldes e portas, entrando numa crise agressiva. Foi levada à triagem pelo orientador. Na triagem ela queimou sua roupa. Foi levada para o hospital pela enfermeira, ela ficou internada." (leitura de ocorrências da FEBMECE.)

Quando os menores renunciam/reagem às ordens, a partir de um mecanismo pessoal de enfrentamento, permitem-se criações em torno de uma nova realidade, para escaparem às opressões impostas pela instituição: conduzem-se como indivíduos àquilo que eles desejam ser.

A captação pedagógica da produção do saber dos menores marginais - seu registro - determina uma outra produção teórica, onde suas buscas de autonomia são o fio condutor por onde saltar das amarras sociais, da ousadia de enfrentar o poder, a conspiração, o agir, o fazer.

"A menor D., em sinal de protesto dormiu no corredor, deitada no chão."
(leitura de ocorrências da FEBEMCE.)

A captação da forma de saber dos marginais menores, como reação a essa força opressiva da instituição, nos conduz a compreender os fragmentos das singularidades criadoras de seus mecanismos pessoais de sobrevivência. Os sinais de resistência são observados nos relatos das ocorrências da instituição onde os menores são inscritos. No seu dizer e no seu fazer a espontaneidade não é mero reflexo da ideologia dominante.

"O plantão transcorria normalmente quando por volta das 20:30 horas houve uma tentativa de fuga das menores X, Y e Z. As menores subiram na casa e foram surpreendidas pelo orientador que juntamente com o vigia tentaram retirá-las de cima da casa. Nesta ocasião a menor X, teve uma crise nervosa e começou a gritar. Isto foi o suficiente para que as menores que se encontravam no 2º bloco pen -

sassem que a referida menor estava sendo espancada. Iniciou-se então uma revolta entre as menores comandadas pelas menores M, L, G, F. as referidas menores começaram a bater na porta de entrada do 2º bloco para arrombarem e segundo o orientador que nessa ocasião vinha da mercearia, percebendo o tumulto foi em auxílio do vigia que estava tendo dificuldades de tirar as menores do telhado para colocá-las na triagem pois as menores estavam bastantes agressivas e procuravam agredir quem delas se aproximavam. A muito custo as menores foram colocadas na triagem. Enquanto isso, no 2º bloco as menores não conseguiam passar na porta para o 1º bloco e, revoltadas, começaram a quebrar tudo o que encontravam na sua frente e a gritarem: apagaram as luzes e se armaram com pedaços de objetos que elas iam quebrando. As orientadoras tentaram a todo custo acalmá-las e não conseguiram. As menores estavam totalmente descontroladas e não atendiam aos apelos dos orientadores. Algumas menores não participaram da agitação, que estava sendo praticada contra os objetos da casa pela maioria, ficaram nervosas a chorar e a desmaiar, inclusive gritavam desesperadas pedindo para irem embora foi quando percebemos que não havia condições de controlar o tumulto pois a casa estava sendo totalmente destruída: bebedouro arrancado, lâmpadas quebradas, as vidraças espalhadas por todo canto, a cozinha invadida e dela retirados pratos, colheres, co

pos, garrafas, bandejas que eram jogadas sem rumo, ocasionando perigo às menores e orientadores. A casa estava alagada em virtude de um vazamento do cano quebrado do bebedouro. Nos dormitórios, as camas foram viradas, colchões e lençóis jogados no 'passatempo'. Ainda conseguimos colocar a televisão na monitoria, mas o bîrô logo em seguida foi jogado contra a parede e as gavetas retiradas, as vassouras que estavam arrumadas sobre a parede que divide as duas salas de monitoria e foram alcançadas pelas menores que subiam no bîrô e as alcançaram, servindo de arma para a violência gerada na casa. Quando percebemos que não tínhamos mais controle da situação, apesar dos nossos esforços para acalmarmos as menores, resolvemos comunicar o que estava acontecendo aos técnicos da casa, tentamos um contato com a diretora da casa mas sô conseguimos nos comunicar com o dentista a quem a orientadora pediu ajuda e contou o que estava acontecendo. A orientadora entrou em contato com os técnicos através do telefone e vimos algumas menores fugindo da violência e bastante nervosas, sofrendo demais, refugiando-se no NOC. A agitação continuava quando chegou o Dr. que também nada pode fazer e procurou entrar em contato com pessoas da FEBEMCE. Compareceram a casa vários técnicos que tentaram o controle da situação o que inicialmente foi muito difícil, sô depois de muita conversa e de reunião com as menores principiamente as "cabeças" da desordem foi que o clima foi aos poucos melhorando sem contudo voltar ao normal. As menores pediram para que as que tentaram fugir e estavam na triagem retornassem ao 2º bloco. A reivindicação

das menores foi atendida e iniciou-se uma limpeza na casa. Nisso chega o presidente da FEBEMCE, o mesmo se reuniu com os técnicos e fez uma rápida vistoria na casa para avaliar os danos causados. Com a retirada dos técnicos, as menores continuaram acordadas e bastante eufóricas, comentavam pela casa que a festa tinha sido ótima, que elas haviam recebido muitas visitas, que aqui vieram "paparicá-las" e ainda distribuíram dinheiro e cigarro para elas se acalmarem. Também diziam que iam fazer o mesmo em outros plantões, bastaria que não tivessem o fim-de-semana ou perdessem os passeios. O orientador foi requisitado pela direção e o mesmo veio para reforçar o plantão. Uma parte das menores resolveu colocar os colchões nos corredores, para ali dormirem. Para evitar maiores problemas, não consentimos que lá permanecessem... durante todos os acontecimentos o que mais estranhamos era o ar de satisfação com que as menores destruíram os objetos da casa, que lhes pertencem, chegando a sorrirem mesmo estando em risco de vida e de suas colegas e funcionários da casa." (leitura de ocorrências da FEBEMCE.)

A tutela e a legitimidade da ordem, do controle, são elementos manipulatórios na questão do poder - desenvolvendo entre os menores um contrapoder, um mecanismo de defesa de seus interesses, na busca de sua autonomia. Os meios microscópicos de disciplinarização, de militarização das relações de poder dentro das instituições conduzem a afrontar o poder instituído nas histórias infames dos marginais - esses seres produzidos por uma sociedade onde a lei, a ordem, a exploração produzem o desrespeito às leis, a desordem. Individualizados, únicos no seu caminho de ruptura com o dominante, os menores marginais tentam subverter a ordem.

Na observação dos mecanismos de coerção encontramos um deslocamento do poder que vem da forma como se articulam as classes sociais no capitalismo: nas instituições concretas o poder se mantém em cima de uma ordem hierárquica determinada pelas relações políticas com os políticos que estão em cargos de direção.

Os objetivos divulgados, expressos nos discursos oficiais (a reintegração dos menores marginais) levam a práticas cotidianas de repressão institucionalizada, onde as crianças são assistidas levando em conta as deficiências decorrentes da "falta de atendimento de suas necessidades básicas", com programações pedagógicas capaz de impor uma ordem autoritária. Cruel, como cruel é indeterminadamente o tema dos marginais.

A partir da legitimidade de violentação institucional uma outra ordem é colocada/legitimada nas práticas cotidianas das instituições, numa rede de poder cuja malha é traçada pela hierarquização (práticas de dominação) onde o livre arbítrio nas decisões sedimenta e instaura suas normas. (*)

"ATENÇÃO:

As menores que estão na triagem de castigo devem seguir as seguintes observações:

- a. não podem ficar com a porta aberta;
- b. fazem a limpeza de sua triagem;
- c. não podem fumar;
- d. não recebem lençol, nem colchão;
- e. a roupa deverá permanecer na rouparia, a menor fica com a sua muda de roupa;
- f. escova, sabonete, toalhas são entregues nas horas certas de uso como por exemplo: manhã (recebe escova, sabonete para fazer asseio e serão recolhidos)".

A DIREÇÃO

(*) - Ver ALBUQUERQUE. J.A. Guilhon, *Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições*, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.

Nas relações com os menores marginais, a disciplinarização é imposta pedagogicamente. Onde a ordem é a bandeira da "integração" do marginal ao sistema, a condução se efetua nos programas e práticas de adaptação, acomodação e conformação do menor marginal às suas condições de existência legitimados pelo Estado e reproduzidos nas relações concretas com as instituições. O caráter repressivo das instituições ligadas à sociedade política, autoriza o discurso da lei e da dominação, fazendo com que a repressão entre nos hábitos, como representação de uma força política. Os menores marginais desenvolvem esquemas de sobrevivência para escaparem à violência de sua condição social/e, nas relações com a instituição, mecanismos de enfrentamentos pessoais/sociais diante da opressão e coerção, conduzindo-se a pequenas subversões à ordem instituída.

Pequenos saberes que são transmitidos, enriquecidos, assimilados por quem só tem uma única saída: sobreviver a qualquer custo, a qualquer preço, menos o da morte.) (a Ordem).

APÊNDICE - DIÁRIO DE MONTAGEM
(ANDANÇAS: DOS SERTÕES DOS INHAMUNS AO
PAÍS DO MEDO)

PRIMEIRA PORTA: JUCAS

Por exemplo, Jucás: um município com 20.501 habitantes - na sede estão 3.501 - que vivem da produção agrícola do algodão, cuja comercialização está sendo feita em outros centros. Com uma área de 869 km², limita-se com Acopiara, Cariús, Iguatu e Saboeiro e tem dois distritos: Canafístula e Mel.

Quero sempre elevar minha imaginação além dos fatos e pergunto: quem inventou esse doce Mel dos Inhamuns? Aí, revendo os arquivos de minha passagem por essas plagas, recordo: existiam muitas abelhas: abelhas-operárias, abelhas-rainhas, abelhas-zangões - produzindo sua seiva naquele pedaço de mundo. Havia também um barão. Sim, um Barão das histórias antigas de nome João Batista que por ser muito rico (possuía 8 propriedades), construiu um sobrado muito grande e bonito, com tijolos pesados, daqueles que um homem não podia levantar sozinho. Depois os primeiros donos do Sítio Mel venderam a propriedade para o Sr. Antônio José de Melo. Eles eram de religião católica - até construíram uma capela tendo como padroeiro Santo Antônio. Plantavam cana-de-açúcar, banana, além de milho, feijão, arroz, coqueiros, mangueiras e sempre existia ali uma pequena moagem puxada a bois. O primeiro comerciante do sítio foi seu Manoel de Holanda e depois Antônio José de Melo que até hoje continuam vendendo tecidos e cereais. Compravam tecidos - mercadorias - em Fortaleza, Iguatu, Campos Sales e Jucás para revenderem na Vila Mel. Essas mercadorias eram transportadas em lombo de burro ou trem de ferro. A comida vem da roça mesmo. E sempre

compram arroz em Iguatu, pois a produção é pequena. A alimentação do povo se baseia em milho, feijão, arroz, ovos, carne - adoram um baião-de-dois, mungunzá, pão-de-milho, chapêu de couro. Os maiores boiadeiros do sítio eram Boaventura Leite, Pedro Alves e José Bezerra que viviam no sítio dos Bezerra e eram grandes cavalgadores. Os trabalhadores trabalham por diária nas terras. São os "bóias-frias" do Nordeste. A forma de renda da terra é "quatro por um", "cinco por um" e "dois e meio por um". Não são sindicalizados, alguns tem INPS e o proprietário é o responsável pela terra.

Pois tendo Jucás essa determinação nas suas redondezas dos mundos (per) forma esse sertão com suas minas de calcário, que estão sendo exploradas pela Cerâmica Guarulhos e Magnésium do Brasil com capital de fora. O sindicato rural da cidade contém 3.508 associados sendo que efetivos estão apenas 900 pessoas. Geralmente trabalham com o pequeno proprietário (até 45 ha) e também com o trabalhador sem terras: parceiro ou arrendatário. Poucas são as lutas por terra, vistas assim a olho nu: os registros indicam trabalhadores com suas terras - plantações - ameaçadas por invasão de gado - a denunciam ao sindicato. Pode-se até tentar explicar esse temor em cima de uma política dominadora de pequenos grupos econômicos - que detêm, manipulam e reproduzem esse poder.

A população é marginalizada enquanto não participa ativamente da produção/consumo dos bens sociais - IBGE 1980): população de mais de 10 anos economicamente ativa: 7.619, homens:5.842, mulheres:951 - desemprego (procurando trabalho):149.

A poética espacial da cidade se expressa com altos e baixos, os altos - da Favela, do Tô e do Zê Bento - são verdadeiras favelas onde a falta de tudo deixa qualquer favela de cidade grande em pé de igualdade. São posseiros urbanos que se organizam no espaço micropólico da cidade. Vendem sua força de trabalho das mais variadas formas: há desde os vendedores de jornais (os que circulam na cidade) até vigias e assalariados da Prefeitura, Centro de Saúde, Ematerce, Escolas, FEBEMCE, Igreja, Polícia, além dos trabalhadores ambulantes nas propriedades periféricas.

O contingente de menores denominados "carentes" é grande: na faixa de 0 a 4 anos o IBGE registra: 1.098 crianças - a FEBEMCE consegue atingir no seu projeto de prevenção apenas 10% dessa população, de 5 a 9 anos: 1.045, 10 a 14 anos:958 e de 15 a 19 anos:841 crianças. Nos registros da FEBEMCE estão 1.600 menores em processo de marginalização.

O discurso das instituições que tem como objetivo prevenir, reprimir e integrar o menor - em processo de marginalização - é quase sempre funcional e paliativo, favorece o discurso das "patologias sociais" como

disfunção do funcionamento do sistema (concepção de reprodução a longo prazo - expansão). Resta-nos perguntar: o que seria essa anomia social que marginaliza e segrega os indivíduos em castas, classes, sexos, faixa etária? Que peste seria essa que não desempenha os mesmos padrões de ritmo, força, ideal - na direção dos estímulos orientados pelo conceito de "integração"?

A verificação dos padrões de desempenho das instituições está na verificação estatística das causas do desvio e a possibilidade de "controle". O que não nos contenta são números frios e ousamos olhar além do mistério das aparências factuais.

O que seria uma população em processo de marginalização no sertão dos Inhamuns? A resposta está no livro sobre o "Menor Carente e a ação da FEBEMCE" onde diz que marginalização "é o afastamento progressivo de um processo normal de desenvolvimento e promoção humana a que chamamos de marginalização e, em geral, decorrente da inexistência ou da insuficiência dos condicionamentos positivos desse processo, prevalecendo cada vez mais os condicionamentos negativos." Como relacionar esses condicionamentos com o processo histórico-político-econômico do desenvolvimento do capitalismo no campo? Onde a atuação da instituição na repressão da luta de classe? Quais as perspectivas de transformação? Das estratégias de sobrevivência dessa população temos muito o que aprender, existe um sem-número de formas de acreditar na vida e continuar resistindo, existindo. Claro que não quero compreendê-los como "heróis" ou os redentores da humanidade para uma outra forma de organização de produção social por vir, mas como seres humanos vivendo as mutações de sua existência dentro das contingências estabelecidas, determinadas sob/sobre sua cabeça.

1. Recebo o ofício da FEBEMCE e a instrução de que devo visitar os núcleos da capital para entender o modelo desenvolvido no atendimento aos menores chamados carentes e depois implantá-lo em Jucás (ou já está sendo implantado?) Ainda não entendo nada disso tudo em que estou entrando agora. Faço visitas ao "Clube da Formiguinha" e a "Casa da Juventude do Pirambu" e fico sabendo o que é um Núcleo Preventivo: que atende o pessoal do bairro e a comunidade, com "trabalhos" pedagógicos esportivos para crianças, além de distribuir merenda. Atendem em vários grupos, G1, G2, G3, G4.

2. Viagem para Jucás - Inhamuns, Vale do rio Jaguaribe, antiga tribo dos Quixelôs. Começa a trajetória do desrespeito, da concepção de mundo prē-estabelecida, algo como que medido por outro parâmetro diferenciado dos chamados normais, a fim de interferir profundamente no agir cotidiano enfrentando o poder com todas as garras. A necessidade de sobreviver, esse frêmito que corre o corpo, resplandece com todos os dons naturais dos que vêem o mundo sempre como uma primeira vez, ou com outros tons, ou mesma continuidade de espera de que algo forte acontecesse, sabendo que os homens é que fazem sua própria história dentro de determinadas condições inequívocas. De repente sonho: estou recebendo uma ajuda de custo da empresa que me contratou para me deslocar para o alto-sertão dos Inhamuns, atuar como técnico em educação numa instituição que cuida dos menores que estão no campo, que representam uma percentagem maior que as das cidades, mas sua intriga era: o que ocasionou a ida para um projeto daquele valor, com grana e tudo, numa cidade de 3.000 habitantes? Que poder poderia ter criado a necessidade da expansão (prevenção) da marginalidade no campo? Que fenômeno é esse? Haverá terra para todos sobreviverem?

3. Há uma semana em Jucás, ainda sinto-me balançando (que navegação será essa que escolhermos?) nessa condição de técnico em educação de uma empresa do Estado que discute, cuida e planeja a marginalização - (que será?) dos povos dos sertões cearenses, aqui dos Inhamuns que vou conhecendo. Instalada em hotel por conta e risco da necessidade de sobreviver aos diversos enfrentamentos ^{que se} nos colocam e nenhuma ajuda de custo da empresa empregadora, claro, para fortificar cada vez mais o sentimento que tenho das diferenças de classes, no concreto.

De cara com um trabalho pedagógico de compor os quadros do desenvolvimento de uma condição de pensar a sobrevivência dos indivíduos, das singularidades que estão inscritas nos diversos programas assistenciais dos projetos de integração social e sua proclamação nos discursos sobre o desenvolvimento das comunidades no interior jucaense. A disciplina da participação reproduz a estrutura de classes ou aliena? Discutindo a forma de exploração da força de trabalho nas precárias condições de vida das populações por onde vamos conhecendo, quando corremos o olho ao longe, aquelas casinhas em seus movimentos vitais, dos seres que torcem, contorcem, retorcem por lá, para sobreviver nesses tempo tão áridos, dessa seca inclemente que assola os sertões.

4. *Visito os núcleos: saio perguntando-me como pode tanto descaso por gente tão cerente de tudo que pode ser condição de vida. Meio es* tranha, *essa direção dos ventos que sempre nos indica a produção dos bens materiais quando, simultaneamente, se vão articulando outras ne* cessidades *de fomentar uma cultura universal entre os diversos espa* ços políticos. *Uma política de ação querendo educar a força de traba* lho *para vender no mercado.*

Sinto-me sem autonomia, capaz de decidir o que fazer com o que e como gastar o dinheiro, uma vontade de criar uma biblioteca, ou melhor fazer renascer aquela que está caída por detrás dos cacos do IBGE, que assumiu seu prédio. Quem sabe, na reunião de coordenação geral, nas discussões das vagas para os monitores selecionados poderemos ver quem vai para a biblioteca que estamos tramando? Como bus car na cultura da cidade, como iremos consultar nos afarrábios das antigas tribos Quixelôs, que usavam outros alfabetos quiçã inimagi náveis? Não esquecer de que o trabalho com as crianças nos núcleos favorece esses equipamentos coletivos que se vão estruturando para essa classe desfavorecida econômica e politicamente.

5. Pausa nas reflexões imediatas do trabalho e um vôo nos planos centrais em Fortaleza para um encontro de técnicos da área preveni tiva: discussão em torno do que fazer, que posicionamentos tomar. A presidência acredita que "somar é melhor que dividir", que o "impor tante são os números, as cifras", que assim iremos conseguindo os financiamentos necessários para a implementação dos centros de educação dos menores carentes e que sô assim é que se consegue sair do gueto estagnado das marginalizações (ou seria de uma outra forma? Quem sabe?)

6. Primeiro contato com o orientador: carta para Campina Grande, feita numa tarde de sol forte, muito calor, muita luz nos olhos. Solicito uma orientação bibliográfica: como começar um embasamento teó rico sobre a questão da marginalidade e sua relação com a luta de classe? O orientador estava em fase de defesa de tese de doutorado na Europa e as comunicações ficaram suspensas. Mas também não foi tan to o tempo, foi o necessário para que fosse nascendo dentro de nós a férrea necessidade de ir construindo com nossas próprias forças e nível de compreensão. Afinal fomos tanto o mundo que nos foi dado que somos tudo e teríamos que nos expressar sobre uma prática marginal, que fere os conceitos dominantes e busca uma lógica alternativa, tan tos são os universos possíveis que vamos construindo.

7. Depois da festa de natal nos núcleos, com esperança de um ano novo libertador para todos, estamos de férias em Fortaleza. Um curto período, onde contemplamos o mar, os doces mistérios do mar de Iracema e ficamos alegres quando nos sentimos meditando sobre a grandeza da criação. A luz que vem aos nossos olhos, as profundezas da natureza, e eu querendo querer compreender o fio da meada do social, da trama, das leis da marginalização. Eu que ando pescando alto, quero entender! Fortaleza é um encanto, cidade luminosa, cidade sol! O mar me encanta! Incríveis, os momentos sábios sob sua luz, superando os toques, sempre inacabada, nos sonhos, em mim, buscando o amor que flui das estrelas. Não ligo para este esquivo processo de libertação. Supero em mim o que não sou, pelo que sou, pelo que estou sendo, pelo que quero ser, serei. Nem tenho disciplina para o tanto que quero saber organizar. Mesmo esse material sobre a marginalização que vai chegando a mim, vou lendo toda complexa visualização, com necessidade de registros, quero registrar para mim, para o meu controle sobre o dizer, para compreender, pelo prazer, para aprofundar e sistematizar o pensamento, as sensações, as fichas, as trilhas, o trabalho e parar com venenos pessoais/sociais, saltar fundo em mim. Lembro das vezes que sento nos batentes da frente de casa e contemplo este lado de Jucás que me chega à memória, sua quentura, sua inércia, tudo esperando cair do céu. Nós, que tanto sonhamos, estamos sonhando? Aquele (Jucás) deve ser o purgatório, o meu purgatório. Assim poderia ter pensado nas épocas d'antanho, pegando a concepção crítica tão dentro da minha cabeça. Pelo menos tenho esperanças, sonhos, futurações, futuro recordações, quero escrever sobre a minha prática dentro de uma instituição de menores. Tento, com método, dar um rigor à concepção de mundo do que observo. A intuição funciona a mil, onde o testemunho dos outros me vão ajudando a construir essa lente fascinante por onde posso ver, desenvolver e captar um raciocínio lógico, sem lógica, onde devo tramar, o fio da meada. Mea culpa, mea máxima culpa! Se a coisa encrenca, às vezes, e parece que nada vai sair, ainda resta por fim, uma pulsão interior que nos levanta e joga para cima...

8. A situação do pré-escolar no Brasil. Tenho que dar uma lida nisso. O estudo dirigido é importante.

Assumir o trabalho e ver o discurso da instituição: o menor é razão e objeto do nosso trabalho, vamos dar tudo ao menor que está sendo atendido pelo FEBEMCE. Claro que o discurso passa pela produção: vamos capitalizar, conscientizá-lo de que são força de trabalho dentro do movi

mento, do processo de modelagem, da vigilância, do controle, para que o trabalho se realize. A direção dada no sentido da produção sem que os outros setores sejam incentivados, outras formas econômicas de atuação, na decisão do que vamos comprar (que fazer com a grana que chega?)

9. Anexo-Cariús: temos que falar da política de ação social de sanitarismo, dividida entre as condições ideais (quem detém o saber?) e as condições materiais, econômicas (como executar uma política econômica, para falar das relações pessoais, relações de classe?)

Palestra no Alto do Tó: tema: a organização - estratégias de luta da classe operária para fazer saltar a outros estágios de desenvolvimento as forças políticas. Exemplo: saúde comunitária, melhores condições de vida, administração dos bens e serviços, consumo e lazer, desejo como condição de uma saúde exuberante e determinada. Projeto de conscientização das classes trabalhadoras, assim como suas lutas pelos seus direitos, luta de conscientização sobre a condição do educador, das di-versas relações com o educando, as relações educando/educador/tempo/espaço/mente, as teias perigosas por onde escorre o poder nas relações de saber. Necessário um coordenador para cada núcleo, assim como avaliar, com precisão o trabalho do monitor, a alimentação dos menores (como acompanhar esse desenvolvimento?) Os outros monitores também são personagens/sujeitos, da história e também se interferem nos processos, assim como as mães que fazem todo dia a comida, numa escala mensal, no sorteio - cada uma "ganha" o dia de fazer o almoço na FEBEMCE.

10. Produção de bonecos de pano e marcenaria. O grupo de produção já está estruturado, com o treinamento que as garotas receberam já vai ser possível colocar tudo dentro daquela sala da coordenação, juntar as máquinas que estão espalhadas por aí e montar o grupo. Fazer bonecos de pano (já temos os modelos). Acreditamos que o grupo vai fazer coisas bonitas e, daí, as pessoas podiam tirar suas sobrevivências (quem sabe?) Olha nós querendo outra vez pensar em termos de colocar o trabalho, força de trabalho, captação do recurso humano para o desenvolvimento de uma atividade produtiva. A organização social, resultante da produção e do comércio está entregue às discussões políticas da sociedade civil, que se acha engendrada por esse estado: as instituições querendo interferir na formação do marginal menor.

11. *Área Rural e Cariús: política social voltada para o ritmo e desenvolvimento de uma classe trabalhadora engajada na resistência. Reaproveitamento do padrão de força cultural, saúde física.(?)*

12. *Quinta-feira de outubro, sol abrasador. Caminho decidida a enfrentar as diversas "barras" do poder da toda poderosa hidra, de mil olhos, na forma de atuação com que venho encarando essa empresa, a atuação da coordenação da área rural. Relembro de outras reuniões, quando foi determinado os liames por onde poderíamos inferir no cotidiano dessa instituição: a mim me coube ficar com os setores pedagógicos - atividades esportivas, além da administração geral e coordenação da área rural. Os outros setores se dividiam em saúde e nutrição, grupos de produção, marcenaria.*

Não esquecer de avaliar os diversos processos mutantes por que o projeto tem caminhado, os positivos/negativos das mudanças introduzidas. Fazer um relato minucioso das relações de poder vertical, exemplificando com a cartada da cassação de minha autonomia: o veredicto do presidente da instituição sobre a minha pessoa (logo eu, quem mais poderia?) Não falar mais nada além das aparências enganosas, desmitificar as ideologias, práticas e idéias das pessoas que aparentam uma luta, quando massacram e reproduzem as mesmas contradições nas relações cotidianas. O discurso político e a prática contraditória das lutas para depois da revolução (quando for possível) e sei lá que mais. Discutir o conflito (saúdavel e necessário) para a introdução de uma "pedagogia da luta". Os processos didáticos de autonomia, de aquisição, de iniciativa, instrumentalização para ser capaz de saltar dos movimentos e lutas nas relações de poder. Discutir as relações de dominação.

13. *Percebo, através da avaliação que acabamos de fazer que a tendência à desordem é inevitável, que realmente tudo é muito caótico e só posso falar da desorganização-organizada no seio das massas que deverão ser dirigentes, assim dirigidos/dirigentes (relação pedagógico-política). Que duro trabalho, desbravar a selva do conhecimento, penetrar suavemente nas membranas das tribos Quixelôs que queremos encontrar nessas tardes cheirosas, debaixo das laranjeiras em flor...*

A situação para/anda/salta: os monitores, divididos entre as duas posições - relações políticas nítidas: duas concepções de mundo, relações de poder. A discussão de que a instituição é neutra me deixa pasma. Como

não enxergar o trabalho sutil que existe por detrás dos votos, das relações eleitoreiras dos senhores do poder com o resto da população expropriada e livre em sua força de trabalho?

14. Sempre saberemos que a educação está estritamente relacionada com o sistema político dominante. Vemos através do comportamento dessas mulheres que procuram a felicidade ainda romanticamente, o fato de ainda não se constituírem uma força de trabalho as faz dependentes e sentimentais (infantis, menores) embora observemos que existe uma forma de resistência à dominação que se verifica sob diversas formas de luta onde elas enfrentam o poder masculino, tão enraigado nas consciências dos senhores da terra, dos homens da terra. Talvez o medo ao desconhecido, as mulheres jucaense não se permitem seres em mutação.

15. Num dia de carnaval, a cachaça rola por todas as mesas do "Pereirão", pequeno bar no quintal de uma casa. A mulher ajuda o marido: serve as mesas, faz tira-gosto, arruma, ordena. A mulher trabalha, o homem bebe. Atende aqui, outro ali e até a madrugada, quando enfim todos resolvem descansar, a mulher se deita em sua rede armada no quarto quando o homem entra bêbado e raivoso, exige que ela lhe prepare o jantar. Ela não quer fazer mais nada, foi uma trabalhadora, ele se irrita (afinal mulher é para servir o marido e não pode desobedecer). Puxa faca, corre atrás, quer matar a mulher que, coitada, corre, salta a janela e se esconde numa moita lá na praça, ainda escura. Fica lá até que o sol abre luz em sua cabeça confusa e se dirige à casa do irmão em busca de proteção. Lá ela chora e promete que é capaz de perdoar se tudo acabar bem, grande destino, numa sociedade onde os valores dominantes são os masculinos e ferem a dignidade das mulheres. Quem defende a honra das mulheres, essa honra manchada na violência, no desrespeito cotidiano, qual a lei?

16. Naqueles recantos imaginários do futuro, nos labirintos traçados entre bananeiras depois do lanche com os monitores que vieram de Iguatu (o baião-de-dois que rolou!) para avaliar o trabalho dos núcleos e apresentar um novo componente que chegara à cidade, novas propostas: clubes de teatro, recreação, jornalismo, esporte, artesanato, cinema. Jogar um curso de tricô com as meninas. Necessidade de uma classe especial de alfabetização (que é alfabetizar?) rebuscar as discussões com o grupo um livro-texto (ai, estou outra vez caindo nos esquematismos das escolas tradicionais!), a integração social das instituições que compõem a sociedade civil (que é isso?) o todo social segmentado, mil fragmentos, (onde o começo, o fim?) enquanto a evasão escolar propicia o necessário aprisionamento no núcleo preventivo (quantos menores não estarão analfa

betos?) os problemas do núcleos, ai!...

17. *Visita aos núcleos: Alto do Tõ: falar com as garotas sobre as jornadas de trabalho e a necessidade de controlar os horários dentro dos esquemas exigidos pela empresa. Haverá uma coerção aos trabalhos forçados. Ns todos, todos seremos forçados ao trabalho de desenvolver qualquer coisa que satisfaça aos interesses de uma força de poder.*

Reunião com as mães do Alto Zê Bento: controle da natalidade, ovulação, menstruação, métodos científicos (pílula, diu, diafragma) métodos naturais (tabela, preservativos) Pote e filtro para os núcleos. Preservar é preciso: conservação dos equipamentos coletivos que a cidade conquistou, cuidados com os prédios nas aulas noturnas, o uso de cadeados, UFA!

Vejo a idade dessas crianças, suas péssimas condições de vida, seu analfabetismo cultural, quase todas inseridas no 1º grau do currículo do Estado do Ceará, seus lares não produzem e não consomem e só poderia ser no centro dos Inhamuns este momento histórico-político que estamos vivendo, com a situação econômica do País refletida, observada, consentida nos poucos dinheiros recebidos para desenvolver tanta programação: as dívidas.

Identidade entre os trabalhadores da educação e os operários: as fracas condições de organização e as propostas de novas condições de educação no país. Outras condições de conseguir saltar a peste emocional que assola as cabeças de todos quando queremos...

Às vezes me irrita com tudo isso. Já amanheço sem condições, falta de equipamentos coletivos para me ajudar nas lutas domésticas, nunca consigo fazer nada direito, aliás nunca nem sei como é que se faz, ou não sei fazer e fico querendo aprender e não consigo ser o que me imagino, com aquele sobretrabalho, por ser mulher. Esse inferninho que promovo me abate e o pânico faz eu me refugiar em algum canto do meu imaginário, onde poderei futurar o destemor, a sabedoria de aprender a ficar pé, ter coragem.

Relações entre escola e núcleo preventivo, a questão da evasão escolar e um pulsão à marginalização do menor, na reprovação da escola, nas famílias famintas, o desrespeito pelos alunos e as diversas formas de marginalizar: ritmos de consumo dentro das escolas onde estamos formando dirigentes conscientes. O trabalho do educador - uma prática autoritária - deverá diminuir as desigualdade e as relações autoritárias, a necessidade da liberação, liberar, liberdade...

Essa tendência à liberação existe nas lutas populares e no desejo das populações oprimidas de enfrentar uma minituarização das forças de opressão.

SEGUNDA PORTA: FORTALEZA

1. A vida em Fortaleza outra vez. Reassumo o trabalho, com certeza, que ele pode fazer o que aprenderã fazendo, moldando o corpo com o barro e o suor da terra, que produz tão forte fogo para enfrentar esse fogo do sol. Quero o brilhante que me chega agora, quando enfim saio a rua, à uma hora da tarde, com o sol na cara a me queimar as entranhas, querendo a verdade (que venha a sagrada memória dos caminhos percorridos nos esconderijos dos quilombos projetados, que somos descobridoras do "pote do arco Íris").

Vejo outra perspectiva do trabalho com os menores, agora que fomos expulsos do campo. Eu e os menores da área rural (ficção) iremos nos debater nos arredores das cidades grandes, marginalizados, estigmatizados nas casas correccionais para menores infratores.

Meu dia a dia agora é a tragédia cotidiana dos menores abandonados numa casa de triagem, êta vida de gado! Não posso mais me queixar da rotina, a cada dia novas mudanças, sonho com a calma e a paz...

2. Talvez passe tanta coisa dentro de mim, que me perco em divagações inúteis, ou não compreendendo esse tempo, essa ordem, essa mistificação. Terei que elaborar um instrumento capaz de me elevar desse mundo, olhá-lo com um olho crítico do mundo em que vivo. Serei, serás. Outras formas de observar a realidade aparente dos fenômenos. Saber que haverá um conhecimento próprio de cada sujeito, diante das especificidades objetivas e suas relações intrínsecas com a ordem dominante. Se bem que esse aqui-agora não existe, senão como referência de um tempo determinado numa sociedade socialmente determinada com uma explicação das causalidades através dos fatos sociais, das racionalidades burguesas, da tecnologia, do controle - tudo referente aos interesses das classes dominantes : a ordem é dada (concepção positivista da história) mas não estabelece as relações dicotômicas das classes sociais. Teremos que questionar essa ordem existente como uma volta às raízes, uma reformulação de mim mesmo, sem querer continuar sendo o que sou (o que sou?) Ir além de mim, do que posso, do que me permito. Não serei escrava desse saber instituinte que teima em transbordar e não quero uma reprodução sistemática do sistema opressor onde estou. Quero sim uma outra organização, sem tanta organização, controle, repressão...

3. Teremos condições de elaborar uma transcendência, uma forma de ver o mundo com as condições explícitas das nossas vivências anteriores antes da apropriação desse conhecimento que flui assim? Queremos mil possibilidades de acontecer onde a imaginação pode se elevar. Teríamos uma postura vinculada à educação (ato imaginário) com uma prática transformadora (conduzir em que direção? para quem? como? para que? contra quem?) Estaremos trabalhando, se a educação como prática consciente da democracia seguir uma concepção de domesticação, modelação, ordenação.

4. Sentido da educação libertadora: a emergência do novo numa sociedade totalitária, a realidade dos projetos educacionais face aos desencantos políticos, a reprodução da dominação no cotidiano, nas salas de aula, na família (será o trabalho institucional importante para a marginalidade?) A hierarquização de funções dentro da empresa reproduz as contradições de classe? Como uma proposta transformadora teremos que acreditar numa educação pragmática, voltada para a produção do menor. Será a condição da igualdade do menor, para o menor? Como pensar cientificamente o trabalho? Fico procurando encontrar algumas leis - ou as ciências podem ser algo mais além de causa/efeito e ir se instituindo, se formulando, com regras transitórias, quebrando as regras, substituindo-as por outras, alternando as condições de ir construindo um instrumento de análise...?

5. Compreender as diversas formas de poder, desvendar o mistério de como funciona as máquinas do poder, suas centrais informáticas que disparam o controle sobre o indivíduo nos seus desejos... O desejo de encontrar um objeto de estudo capaz de me satisfazer e ser ao mesmo tempo um enigma de como chegar até lá. Nós que nos dizemos tão nós, somos convaléscentes das lutas pela sobrevivência - necessárias para empreender esse projeto ousado que somos. A luta marginal com os códigos secretos das buscas verdadeiras dispoem as verdades que nos ensinam os mestres da sabedoria. Encontramos à solta, folhas no ar. Vamos encontrando-nos assim: desmontando máquinas fascizantes, em escalas micro políticas, pois se tudo é apenas um deslocamento de tudo, atuando nos circos imaginários da família, da escola, da sociedade organizada, estaremos deslocando tudo ao nível dos eventos possíveis. Futuramos espaços políticos, para novos rios conhecer, novas entranhas percorrer, sobreviventes da fúria de encurtar o tempo/espço: dimensão a chegar dos instantes contigo, coração...!

6. De qualquer forma o mar me acalma, passear no fim da tarde na areia da praia me acalma, embora tantas injustiças sociais sejam cometidas na nossa pele, a toda hora, arbitrariamente. Basta alguém ter poder e lá se vão os desajustes pessoais interferindo no trabalho.

7. Centro educacional para menores chamadas "infratoras" ou de comportamento "anti-social". Chegou A com seu bebê de 11 meses. Assim que me sento vou querer conhecer essa realidade onde os menores são jogados no mundo. A história de A me arrepiou: 16 anos e já com toda a problemática do abandono do pai e do homem que a deixou grávida. Agora a mãe entrega ao juizado como médica de segurança, que o seu amante quer matá-la, o bebê terá que ser encaminhado para a creche. Logo terei que aprender o trabalho institucional de conformar essas crianças ao que elas não são e assegurar-lhes que este é o seu melhor caminho.

Vejo o caso de M, solta, desgarrada, em botão, prestes a desabrochar, e é rejeitada pela família: agora que está grávida e mãe não a quer em casa, já acha terrível a mancha na honra familiar.

Sondagem de aprendizagem com as menores. Quase todas são analfabetas, não conseguem ler um pequeno texto e nem sabem escrever seu nome. Também para que escola para o povo, ninguém consegue mesmo aprender com esse métodos tão rígidos, que são mesmo os altamente nutridos dessa ideologia do sistema poderão encontrar...

8. A instituição, seus limites, etc, mundo cão! É triste conviver com a infelicidade humana. às vezes fecho os olhos e fico com vontade de nem ver, mas ao mesmo tempo tenho que enfrentar esse corpo a corpo, num centro de triagem feminino, com menores excepcionais que não conseguem o seu espaço. As estruturas das casas correccionais são discriminatórias e estigmatizadoras, assim como hospitais psiquiátricos: uma vez delinqüente, sempre delinqüente, sempre. Assumem valores chamados técnicos, valores burgueses, pretensamente universais, como se o técnico fosse neutro em suas atribuições profissionais. Normal em relação a que? Que eu seja a regra e a exceção! A marginalidade com que lidam é uma marginalidade que está fora dos valores sociais determinados por comportamentos da classe dominante, que inclui comportamentos discriminatórios. Outros valores, outras concepções de mundo existem, ou será a ideologia o único fio que une o corpo social? Será a classe popular, marginalizada, oprimida e pobre, capaz de elaborar suas práticas transformadoras? O importante é transformar o mundo. Que pedagogia trará essa força?

9. Reunião com os orientadores que trabalham nas salas de grupo: o menor deve ser atendido como um todo e a compreensão de sua realidade existencial tem que ser analisada a partir da ótica da divisão da sociedade em classes sociais e do esforço humanista por conscientizá-lo. Eu me pergunto que padrões sociais determinam o que vem a ser "cada vez mais homem" dentro de uma instituição totalitária? A linguagem setoriada, um marco teórico comum, vai fragmentando cada vez mais o conhecimento e perdemos o homem como referencial na apropriação da ciência.

10. Na produção/registro desse diário, sempre fico a pensar: poderemos com essa fúria interior comandar o barco em nossa direção? escrever nossa própria história, deliciosamente, produção/registro/consumo de produção? Numa economia micro política dos enfrentamentos, querer pegar o fio da meada dessa marginalização, do nonsense, dos movimentos de guerra de posição nos dispositivos institucionalizados, transitórios, por onde passamos, o embate com o poder, o contra-poder de fazer (embora querendo sempre desativar o impasse da violência) aceito a vontade de procurar nos espaços as relações com as repressões dos modelos de sujeição de homem às ordens dominantes. Os enfrentamentos necessários para a criação de uma outra ordem, podem extrair o que tiver vontade desse espaço concentrado entre fios mágicos/condutores dos ensinamentos queridos, encontrados nas buscas por sabedorias discutidas pelos guardiães da ordem e também fazem fluir essa vontade coletiva de transformação das estruturas, compreendendo que a luta de classes está inserida nos interstícios do desejo. Até os microespaços recuperam a vontade de aprender com a formação de um ofício. O centro de produção de conhecimento alimenta sempre os sonhos, a utopia concreta da participação da organização numa outra forma de ver o mundo. As relações de forças, desativação de máquinas totalitárias contra o burocratismo: será que estamos iludidos em nossas posições políticas? O sujeito é capaz de criar suas próprias leis a partir das relações com os modelos dominantes, das disciplinarizações prazerosas, a partir das relações de poder, da incorporação dos elementos dos códigos sociais, políticos, aprende a produzir uma outra lógica ou capta a lógica interior e se apropria conscientemente de sua forma de saber, coleta as pistas para as descobertas das singularidades, produzindo suas formas de estar no mundo, seu potencial criador, Essa repressão justificada com a normalidade. Comportamento normal leva a instituir-se: as punições, a dominação, a agressividade.

A falta de condições para que se possa brotar um homem, a produção do homem de todo dia, as imposições do sistema. Parece que um mecanismo de submetimento inflige-se contra a pessoa e ela tem que aceitar o jogo, submeter-se ao esquema que a explora, que fazer?

11. Sempre a necessidade de tornar as meninas dóceis, reflexão sobre as brigas, o tratamento aos excepcionais, as visitas domiciliares os familiares que não comparecem às reuniões, a higiene, trabalhar com os cursos "profissionalizantes" (como se formar menores em babás, lavadeiras, faxineiras, atendentes de enfermagem, fosse profissionalizar o menor), eu ensinar-lhe-ia a rebelar-se primeiro.

TERCEIRA PORTA: MARACANAÚ

1. Santo Antônio do Buraco e as aventuras infantis pelo País do Medo. Escavações na memória vêm a tona, na busca de compreensão do conhecimento, essa terra incognossível, de espaços inusitados, as diversas formas de conflito onde o fato de não ter uma posição firme me faz oscilante, temerosa. Anotações, inscrições apanhadas, um sopro mnemônico num fluxo espasmódico dos signos inventados, das sensações e vivências em produção. Imaginação e crença absolutas nessa vontade que me conduz além do ativismo. Terei forças para que flua essa pessoa desconhecida e apareça essa busca?

2. Fazer a sondagem de aprendizagem com os menores novatos, desembaraçar a rede, a trama, que o menor estabelece com o meio que o cerca, a produção histórica do menor como sujeito histórico e social, a realidade objetiva, os métodos doutrinários, o caráter humanista, que tornam o ser humano capaz de paciente e agente do seu processo social, já sabemos das condições desse menor que nos chega assim tão tímido em seu olhar o mundo. As punições terroristas, a submissão que são obrigados a violência nas relações educativas. O próprio psiquiatra falou outro dia: "eles enlouquecem os meninos com tanto repressão depois vem com um sentimento de culpa".

3. A consciência de que tenazmente martelando ou instrumentalizando-se é que o homem se vai construindo ponte entre as diversas concepções de atuar. Que faremos no que poderá acontecer nesses cenários tropicais para que a transformação ocorra? que construções objetivas? Estamos nas lutas operárias por melhores condições de vida, por transporte, por direito de escolha dos locais de trabalho, pela prioridade da construção

do conhecimento, da superação dessas fragmentações que a inteligência acadêmica achou de aprisionar entre fileiras de bons ensinamentos. Quem são esses meninos que circulam por aqui? Terão vindo de onde? A migração é um fenômeno que se verifica diariamente e quase todos os meninos são (ou a família é) do interior. O que tem a ver com a necessidade de institucionalização dessa população, excedente às cidades e assim mesmo necessárias para preencher esses quadros assistenciais dos controles do sistema? Que homens são esses, que traçamos nós nos planejamentos educacionais, como colocá-los dentro do planeta, bem instalados?

4. Diante de tanto descasos que vamos passando ao longo do tempo, lá vamos nós marginalizadas pela vida que levamos pelo que somos, daí que tal não foi o desrespeito e caímos nas malhas das torturas policiais quando navegávamos ao largo da marginalização, conhecemos de perto os métodos utilizados pelo Estado na sua atuação contra os marginais, confundidos com os marginais com que nos identificamos.

Numa confusão entre polícia e bandido lá vou eu, inocente, pagar por um "crime que não cometi"! Chega-me forte a repressão com açoites, noite nas grades, minha casa invadida, qual não foi o meu pânico? Articulei todas as instituições da sociedade civil em minha defesa, (imprensa, OAB, etc.) e redigi uma carta ao governador (que segue adiante). Diante da inocuidade do gesto acabei por não enviá-la, muito embora saiba do intrínseco valor^{que} um documento desse contém, como instrumento de denúncia das atitudes atrabiliárias do poder constituído, diante do cidadão comum. Por outro lado, reside aí um outro aspecto também de grande importância, que é o pedagógico, isto é, podemos defrontarmos com este poder constituído, mitificado, fora de nosso alcance, num nível de igualdade, sem esse medo bobo de dirigir-nos ao chefe do Estado, para denunciá-lo, denunciando seus comandados.

Exm^o Sr. Governador do Estado do Ceará
Dr. Luiz Gonzaga da Fonseca Mota
Palácio da Abolição

A questão que se coloca neste momento é sobre a vida. Penso sobre o que falas: bem-estar e participação para o teu povo. Entretanto este Estado violenta fundo a vida e já não é possível aglentar tanto. Há um protesto nas entranhas, é preciso proclamá-lo, torná-lo público, ser o porta-voz de um novo dia, na discussão sobre a justiça social e a sociedade integrada.

Porque não confessar a falência das instituições, que dado o contexto político de suas criações (controle) favorecem mecanismos de enfrentamentos das classes sociais, suas baixas conquistas? Como saltar numa luta (contra) organizada?

A confusão é geral: assistência social é bem diferente de melhores condições de vida, segurança não é "proteção policial" e nem a imaginação poderá ser aprisionada, instituída. Mas o discurso de sinceridade dos teus atos públicos é que me faz olhar-te aqui do meu desconforto e ousar.

No dia 9 de agosto de 1983, as 20 horas fui sequestrada por policiais, que sem formularem nenhuma acusação, levaram-me para a Secretaria de Segurança Pública, onde passei a ser espancada, insultada, vilipendiada, sem direito à defesa. Após uma sessão dolorosa de interrogatórios pude compreender que estes policiais (um tal de Maranguape, uma certa Zilmar, e outros cujo nome desconheço) metidos em seu "mister" de investigar verdades sobre transgressões ocorridas alhures, precisavam descobrir nomes e situações para mim absolutamente absurdos.

O Estado ataca o corpo dos indivíduos com seus aparelhos montados, com sua capacidade de usar a violência física para castigar os que ousam infringir a lei. Ignora as regras, as leis e usa deliberadamente a agressividade descontrolada. Há necessidade da inversão de tudo, na defesa da vida, no respeito à existência do homem. Não se pode consentir que o mais forte se imponha, retirando do homem o amparo aos seus direitos essenciais e se não se denuncia esse estado de coisas, acaba-se por ajudar a dominação.

Certa de que, minimamente, esta carta terá alguma repercussão no âmbito da sensibilidade governamental, sou,

atentamente

Maria do Socorro Carvalho Bezerra

Maria do Socorro Carvalho Bezerra

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE. J. A. Guilhon, Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.
- ALTHUSSER. Louis, Escritos, Ediciones de Bolsillo, Editorial Laia, Barcelona, 1975.
- ARRUDA. Rinaldo Sérgio Vieira, Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestão dos menores infratores na cidade de São Paulo, São Paulo: Global Editora, 1983.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JUÍZES DE MENORES. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, A ação interprofissional no atendimento a menores em situação irregular, Rio de Janeiro: ABJM/FEEM, RJ.
- ALVES. Rubem, Filosofia da Ciência (introdução ao jogo e suas regras), 3a. edição, editora brasiliense, São Paulo, 1982.
- BARTHY. Aldaci Brasil, Poder e Hegemonia: um estudo, in Serviço Social & Sociedade nº 7, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
- BIERRENBACH. Maria Inês Rocha de Sousa, Política e planejamento social, São Paulo, Cortez Editora, 1982.
- BORGES. Jorge Luis, História Universal da Infância; ensaio introdutório, Regina L. Zilberman e Ana Mariza R. Filipouski, tradução de Flávio José Cardoso, Porto Alegre, Globo, 1975.
- BOSI. Ecléa, Cultura popular, cultura de classe e cultura de massa, Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
- CALDEIRA. Clóvis, Menores no meio rural, INEP/MES, Rio de Janeiro, 1960.
- CARDOSO. F. Henrique, Autoritarismo e Democratização, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.
- CARVALHO. Francisco Pereira de Bulhões, Direitos Fundamentais do Menor, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, São Paulo, 1979.
- CAMARGO. Antônio Luis Chaves, Audiência Interprofissional: Solução para a vara de menores, o menor e seus direitos, Lex Editora S.A. 1982.
- CETREDE, Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional. FEBEMCE: discurso e realidade, Fortaleza, 1982.
- CHAUÍ. Marilena, Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
- COSTA. Rovílio, Delinquência Juvenil: Antecedentes (descrição dos antecedentes da delinquência juvenil em Porto Alegre), Porto Alegre, 1976.
- DICKENS. Charles, Olivier Twist, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s/d.

- DONNICI. Virgílio, Criminalidade e Estado de Direito in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 5, Rio de Janeiro, 1978.
- ECO, Umberto, Como se faz uma tese em Ciências Humanas, 2a. edição, Ed. Presença, Lisboa, 1980.
- FALEIROS. Vicente de Paula, A Política Social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais, Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- FOLCAULT. Michel, A Micro-física do Poder, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1980.
- _____, Vigiar e Punir: o nascimento da prisão, Petropolis, Ed. Vozes, 1977.
- FREITAG. Bárbara, Estado, Escola e Sociedade, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DO CEARÁ. O menor: razão, objeto e sujeito de nosso trabalho, documento interno de trabalho, Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1979.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DO CEARÁ. O menor carente e a ação da FEBEMCE, Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1980.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. Plano de Integração do menor e da família na comunidade, PLIMEC, Rio de Janeiro, DPC, 1978.
- GARCIA, Pedro Benjamin. Educação popular: algumas reflexões a cerca do poder, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- GOFFMAN. Erving, Manicômios, Prisões e Conventos, Editora Pioneira, São Paulo, 1981.
- GONÇALVES. Antônio, Institucionalização da prática do Serviço Social in Serviço Social e Sociedade, Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- GRAMSCI. Antônio, Concepção Dialética da História, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- GUATTARI. Félix, A Revolução Molecular: as pulsações políticas do desejo, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- GUATTARI. Félix, DELEUZE. Gilles, O Anti-Édipo, Imago Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1976.
- GUIRADO. Marlene, A criança e a FEBEM, Editora perspectiva, São Paulo, 1980.
- HAGUETTE. André, Um modelo de pesquisa institucional in Educação e Debate, nº 2, volume 3, Fortaleza, 1980.
- HAGUETTE. Teresa Maria Frota, O mito das estratégias de sobrevivência: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família, Fortaleza, Edições UFC, 1982.

- HERZER, A queda para o alto, Petropolis, Editora Vozes, 1983.
- GRADVOHL. Marta de M. B., O trabalho do Menor no setor informal de Fortaleza, IPLANCE, Fortaleza, 1980.
- Jornal Folha de São Paulo. No Rio, FUNABEM torturava menores, 18 de abril de 1980, São Paulo.
- Jornal Folha de São Paulo. Estas crianças nunca terão infância, 20 de maio 1984, São Paulo.
- Jornal Diário do Nordeste. Vinte e cinco milhões de crianças maltratadas e negligenciadas, 31 de maio de 1983, Fortaleza-Ceará
- Jornal Curumin, Edição comemorativa da semana ecumênica do menor, São Paulo, novembro de 1981.
- Jornal O POVO. A institucionalização da assistência ao menor, 16 de outubro de 1983, Fortaleza-Ceará.
- KOWARICK. Lúcio, Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Editora Paz Terra, Rio de Janeiro, 1975.
- LEBRUN. Gerard, O que é poder, 3a. edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- LUKÁCS. Georg, História e Consciência de classes: estudos de dialética marxista, Publicações Escorpião, Porto, 1974.
- FERREIRA, Benedito, Um mundo menor no maior, Edições UFC, Fortaleza-Ceará 1980
- MACIEL. Eliane, Com licença eu vou a luta (é ilegal ser menor?) Codecri, Rio de Janeiro, 1983.
- MARX. Karl, O Capital (crítica da Economia Política) Livro I, volume I e II, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s/d.
- MARX. Karl, Manuscritos Econômicos-Filosóficos, in Os Pensadores, Abril Cultura, São Paulo, 1978.
- MARX. Karl, NEGELS. F., A Ideologia Alemã I, 3a. edição, Editorial Presença s/d.
- MIRANDA. Dilmar Santos de, Cultura de Sobrevivência, CETREDE, Fortaleza-Ce., 1980.
- MOFFAT. Alfredo, Psicoterapia do Oprimido: ideologia e técnica de psiquiatria popular, São Paulo, Ed. Cortez, 1981.
- _____, Terapia de Crise, a teoria temporal do psiquismo, São Paulo, Cortez Editora, 1982.
- MOTTA. Dilson, MISSE. Michel, Crime: o social pela culatra, Achimé, Rio de Janeiro, 1979.
- MOURA. Esmeralda Blanco, Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital, Ed. Vozes, Petropolis, 1982.

- MILLS. Wright, A Imaginação Sociológica, 4a. edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
- NASÇIMENTO. Elimar, A universalidade de Gramsci: guerra de posição e hegemonia, Campina Grande, Recife, 1983.
- OLIVEIRA. Francisco de, Elegia por uma Re(li)gião, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- OLIVEIRA. Juarez, ACQUAVIVA. Marcus, (org.) Brasil, leis, decretos, etc. Código de Menores, leis nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, 3a. edição, Saraiva, São Paulo, 1981.
- PEREIRA. Júnior, JESSÉ Torres, Política de Desenvolvimento, Rio de Janeiro FUNABEM, 1977.
- PERLMAN. Janice, O mito da marginalidade, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- POULANTZAS. Nicos, Poder Político y clases sociales en el estado capitalista, México, Siglo Veintiuno Editores, 1978
- Revista VEJA, "O futuro ameaçado" nº 559, 23 de maio de 1979.
- Revista VEJA, Com a cara lavada, nº 578, 03 de outubro de 1979.
- Revista VEJA, O aprendizado do vício, nº 690, 25 de novembro de 1981.
- Revista VEJA, A frente ampla do pó, Nº 631, 8 de outubro de 1980.
- SAMPAIO. José Jackson, Migrações e doença mental in Revista Cearense de Psiquiatria nº 3 ano 3, Fortaleza-Ceará, 1981
- SCHNEIDER. Leda, Marginalidade e delinquência juvenil, São Paulo, Cortez Editora, 1982.
- SCHUHY. G.Franz, Marginalidade: um estudo do "migrante" estabelecido no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Agir, 1981.
- SIRGADO. Angel Pino, Uma pedagogia para o menor marginalizado, in Educação & Sociedade nº 5, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
- SERRA. Rose Mary, A prática institucionalizada do Serviço Social; Cortez Editora, São Paulo, 1982.
- SILVEIRA. Regina Lúcia Barros Leal, Prostituição (um problema social), trabalho apresentado na 3a. Jornada Norte-Nordeste de Psiquiatria, Fortaleza de 09 a 12 de fevereiro de 1984, mimeografado.
- VIEIRA. Evaldo, O que é desobediência civil, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira, O dilema do decente malandro, São Paulo, Autores Associados, 1982.